AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 42 | Nº 06 | JUNHO 2022 | R$ 15,00

RECURSOS PARA O CRÉDITO RURAL

A SOLUÇÃO ESTÁ NO AUMENTO DA EXIGIBILIDADE DOS BANCOS



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

AMENDOIM CRISE PODE TRAZER OPORTUNIDADE

FERTILIZANTES O DESAFIO DA PRODUÇÃO INTERNA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL SAIBA QUAIS DÍVIDAS PODEM SER INCLUÍDAS PELO PRODUTOR

Cecafé

Conselho dos Exportadores
de Café do Brasil

Há mais de duas décadas desenvolvendo e promovendo a sustentabilidade da cafeicultura brasileira em todo o mundo.



/cecafebrazil www.cecafe.com.br

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Rafael Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Ana Caroline Teshima

Rua Itapeva, 474 - 6º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

contato@agroanalysis.com.br
gvagro.fgv.br

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

AMPLIAR A EXIGIBILIDADE DOS BANCOS

O CRÉDITO rural é um dos principais instrumentos de política agrícola no Brasil, desempenhando um papel fundamental em termos de segurança alimentar, difusão tecnológica no campo, estabilidade de renda e qualidade de vida dos produtores. Na divulgação do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2022/23, que deve ocorrer até o final deste mês, conheceremos o montante de recursos financeiros que será disponibilizado para o agro, além das fontes desses recursos e as regras de acesso.

Diante dos aumentos nos custos de produção e nos preços das máquinas e equipamentos agrícolas, da inflação dos alimentos e do baixo crescimento econômico, é certo afirmar que o PAP exigirá, entre outras medidas, um aumento no volume de recursos em comparação ao PAP da safra atual (2021/22), que está se finalizando.

Como parte da política agrícola, visando reforçar o crédito rural, foram criados, nos últimos tempos, mecanismos para direcionar recursos oriundos do mercado de capitais para financiar operações do agronegócio. Com juros baixos, como nos últimos anos, esses mecanismos funcionam. Agora, com a Selic a 12,75%, os juros ficam muito elevados para qualquer atividade produtiva, mas, principalmente, para o mundo do agronegócio.

Juros reais maiores do que 2,0%/3,0% ao ano não são suportáveis no setor. E, para produtores pequenos e atividades incentivadas, como, por exemplo, aquelas voltadas para redução de carbono, os juros devem ser negativos.

Dada a situação fiscal complicada do setor público, a saída menos dolorosa para a sociedade é o aumento da exigibilidade de recursos que os bancos têm de aplicar no setor rural. A exigibilidade é um percentual sobre os depósitos à vista. Hoje, estão a 25%, mas já foram de 35% no passado. Esses recursos não são onerados pela Selic.

Os bancos não pagam para captar. É claro que existem alguns custos administrativos, mas, sem dúvida, os repasses podem ser feitos a valores muito menores do que a Selic.

A conta não fica para a viúva (o Governo), mas emagrece um pouco o balanço dos bancos. Vão emprestar a taxas menores do que conseguiriam com os recursos livres.

Mas, se estamos falando em segurança alimentar e baixa da inflação, a ***Agroanalysis*** não conhece remédio menos amargo. A saída passa pelo aumento da exigibilidade dos bancos: dos depósitos à vista; da poupança rural; e das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). O desafio dessa medida está no desgaste político que será gerado entre o Governo e os bancos, que lutarão contra essa decisão. O artigo da página 28 mostra a redução da exigibilidade ao longo dos anos, para reforçar a ideia de que é, sim, possível aumentar o percentual de recursos a serem destinados ao setor rural.

A ***Agroanalysis*** traz, também, um artigo que discute os problemas e as soluções para a crise alimentar acentuada pela guerra. As soluções passam pela manutenção do livre-comércio, diferentemente do que algumas nações vêm fazendo. Com o objetivo de garantir a segurança alimentar e a inflação interna, alguns países estão suspendendo suas exportações, o que é, claramente, um erro grave, uma vez que a solução para o aumento da fome no mundo deve vir de uma ação global, e não local.

Desde o início da guerra na Ucrânia, o setor de produção de amendoim passa por um momento especial de preocupação: a Rússia e a Ucrânia, juntas, são responsáveis por 47,6% do amendoim exportado pelo Brasil, o equivalente a 125,7 mil toneladas. Para piorar, as estimativas de produção para a safra atual (2021/22) apontam para um crescimento de 7%. Assim, neste momento, a principal saída está em promover o aumento das vendas para a China – porém o Brasil ainda não possui um acordo comercial para exportação do produto – e estimular o consumo.

Mais de 80% dos fertilizantes utilizados no Brasil são importados. É um retrato que deixa evidente o elevado nível de dependência externa em um mercado dominado por poucos fornecedores. Em resposta a esse cenário, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial para desenvolver o Plano Nacional de Fertilizantes (GTI-PNF), visando fortalecer políticas de incremento da competitividade da produção e da distribuição de fertilizantes no Brasil de forma sustentável. Na entrevista deste mês, temos a presença de Luis Eduardo Rangel, diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e membro do GTI.

Por fim, destacamos a 13ª participação do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) na ***Agroanalysis***, com o tema "Reciclagem avança com novas tecnologias". São vinte anos de atividades e inovações contínuas que aumentam a eficiência da destinação final das embalagens de defensivos, ampliando benefícios ao meio ambiente. ■

04 EDITORIAL

06 CAPA **ENTREVISTA**
LUIS EDUARDO RANGEL
DESAFIOS PARA TROPICALIZAR O USO DE FERTILIZANTES

09 FRASES & COMENTÁRIOS

11 MACROECONOMIA
NÃO CONVERGÊNCIA

12 AGRODROPS

15 MERCADO & NEGÓCIOS

15 CRISE ALIMENTAR NO MUNDO

20 CAPA AMENDOIM BRASILEIRO: UM GIGANTE ADORMECIDO

22 POLÍTICA AGRÍCOLA

22 POR UMA SAFRA SUPERIOR A 300 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023

28 CAPA A ENVERGADURA DO CRÉDITO RURAL

32 GESTÃO

32 CAPA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL

34 EMBRAPA
A PESQUISA PÚBLICA E UMA VISÃO DE FUTURO DO AGRO

36 BAYER
ALÉM DE NEUTRA EM RELAÇÃO AO CLIMA, A AGRICULTURA PODE SER REGENERATIVA

38



INPEV
RECICLAGEM AVANÇA COM NOVAS TECNOLOGIAS

43



COOXUPÉ
COOXUPÉ COMPLETA NOVENTA ANOS DE COOPERATIVISMO

42 CECAFÉ
BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS TORNAM A CAFEICULTURA MAIS "CARBONO NEGATIVA"

45 FAESP
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TEM DE CRESCER PARA CONTER PREÇOS GLOBAIS

46 DIÁRIO DE BORDO
DESAFIO PARA 2023

47 PRODUZIR
A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL

48 OPINIÃO
SÃO PAULO AVANÇA NO USO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO

49 REFLEXÃO
AGRO É PAZ

50 PIMAGRO

DESAFIOS PARA TROPICALIZAR O USO DE FERTILIZANTES

LUIS EDUARDO RANGEL

Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Da Redação

O SALTO na produtividade da agricultura brasileira deu-se muito pelo uso de fertilizantes minerais importados. Nos dias atuais, a dependência crescente desse insumo atingiu picos extremos. Um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) foi montado para a elaboração do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF). Os seus objetivos são ampliar a produção nacional e reduzir a necessidade de importação. Nesta entrevista, Luis Eduardo Rangel, diretor de Programa da Secretaria Executiva do MAPA, participante desde o princípio da evolução desse trabalho, traz informações e traça comentários sobre o PNF, lançado em 11 de março último.



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

AGROANALYSIS: QUAL É A RELAÇÃO DA AGRICULTURA COM OS FERTILIZANTES QUÍMICOS?

LUIS EDUARDO RANGEL: Muitas vezes, discute-se sobre o avanço tecnológico mais importante do século XX. Entre essas grandes invenções, se destaca a síntese industrial da amônia. A expansão de 1,6 bilhão para quase 7,8 bilhões de habitantes nos últimos cem anos não teria sido possível sem essa descoberta. Responsável pelos processos de industrialização da agricultura, a evolução acelerada da nutrição mineral das plantas aconteceu primeiro na Europa e na América do Norte, para, depois, chegar aos países em desenvolvimento. A seguir, em meados do século XX, o movimento da Revolução Verde disseminou as práticas agrícolas ocidentais para outras regiões do mundo. O mercado mundial opulento de fertilizantes minerais interage com as áreas de produção de alimentos, energias, químicos, minérios, óleos e gases, entre outros. Como viabilizava ganhos de produtividade crescentes na produção, esse modelo foi adotado com sucesso no Brasil. Nessa transferência das práticas de países de clima temperado para os de clima tropical, houve uma inadequação tecnológica. Em grande parte da área nacional, os solos são ácidos, de intensa atividade microbiana e de elevada precipitação pluviométrica. Por isso, cabe mudar a mentalidade com a validação das fontes de nutrientes oriundas de matérias-primas disponíveis e de uma maior eficiência dos sistemas de produção no ambiente tropical.

EXISTE DEPENDÊNCIA DE FERTILIZANTES NO AGRO BRASILEIRO?

LER: Historicamente, sempre esteve presente a percepção da dependência brasileira do estrangeiro com relação aos fertilizantes. No mercado mundial, o País ocupa o quarto lugar no consumo, com 8% de participação, além de ser o primeiro nas aquisições externas. De 2015 a 2021, em milhares de toneladas, as importações de adubo tiveram um sobressalto de 21.087 para 41.572, com expansão de 97,14%. Entre as culturas mais demandantes de nutrientes, destacam-se a soja, o milho e a cana-de-açúcar, responsáveis por quase três quartos do consumo nacional. Em termos de aplicação, aparece em primeiro lugar o potássio (38%), seguido pelo fósforo (33%) e pelo nitrogênio (29%).

Esse expressivo consumo de fertilizantes possui uma relação direta com a imensidade da agricultura nacional, com mais de 300 milhões de hectares de terras agricultáveis. Na produção mundial de alimentos, depois da China e dos Estados Unidos, aparece com destaque o Brasil. Como uma potência agrícola, o País é o quarto maior consumidor

de nitrogênio, o terceiro de fósforo e o segundo de potássio, tendo como principais participantes as seguintes empresas formuladoras e distribuidoras de NPK: Mosaic (28%), Yara (23%), Fertipar (22%), Fertilizantes Tocantins (13%), Cibra (5%), Heringer (4%) e outros (4%), segundo a GlobalFert (2021).

A MAIOR PARTE DAS TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS NÃO CONSIDERA O CONTORNO TROPICAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA. COMO ESTÁ A VISÃO DO MERCADO INTERNACIONAL DE FERTILIZANTES?

LER: No mercado global de compostos de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK), a demanda atingiu 190 milhões de toneladas em 2018, segundo a International Fertilizer Association (IFA), enquanto o faturamento de 2019 foi estimado em US$ 155,80 bilhões. Em 2020, a produção esteve concentrada na China, na Rússia e nos Estados Unidos para o nitrogênio, na China, nos Estados Unidos e no Marrocos para os fosfatados e, para completar, no Canadá, na Rússia e na Belarus para os potássicos. Esse crescimento excessivo no consumo de fertilizantes químicos para aumentar a produtividade agrícola causa desequilíbrios nos conteúdos minerais e na microbiota dos solos, com impactos ambientais. Além disso, estima-se que de 40% a 70% do nitrogênio, 70% a 80% do fósforo e 30% a 40% do potássio não são utilizados pela planta.

Entres os países líderes em inovação tecnológica, insumos biológicos e tecnologias para liberar nutrientes no solo em equilíbrio com a biota do solo, destacam-se: Agrium (Canadá); Yara (Noruega); Mosaic (EUA); Potash (Canadá); Indústrias CF (EUA); Sinofert (China); ICL (Israel); PhosAgro (Rússia); Uralkali (Rússia); e K+S (Alemanha). A maior parte das tecnologias desenvolvidas por essas empresas não leva em consideração as condições de contorno da agricultura tropical brasileira. Por isso, além de estimular a produção nacional de fertilizantes, o outro pilar do PNF é impulsionar as soluções inovadoras.

O QUE LEVOU À CRIAÇÃO DO GTI PARA A ELABORAÇÃO DO PNF?

LER: O Decreto nº 10.605, de 22 de janeiro de 2021, instituiu o GTI para que o PNF incremente a produção e a distribuição de fertilizantes de forma sustentável. Os seus objetivos ordenam ações públicas e privadas, buscando ampliar a competição e diminuir a dependência tecnológica do fornecimento externo. A coordenação executiva ficou a cargo da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), na Casa Civil, com a participação de seis Ministérios (MAPA, da Economia, da Infraestrutura, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovações), além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Gabinete de Segurança Institucional e a Advocacia-Geral da União (AGU).

QUAIS SÃO AS METAS E OS PILARES DO PNF?

LER: De longo prazo, a proposta do PNF requer uma radical transformação de infraestrutura nessa crônica necessidade de importar fertilizantes. Conhecida há décadas, essa dependência de produtos importados acentuou-se nos últimos anos. De 2019 a 2020, em milhares de toneladas, houve um aumento nas entregas (de 36.238 para 40.584) e nas importações (de 20.511 para 32.849), com queda na produção (de 7.122 para 6.374), segundo dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA). A meta global envolve a necessidade de reduzir a importação de adubos dos atuais 85% para cerca de 60% até 2050.

CENÁRIOS DE FERTILIZANTES ENTREGUES AO CONSUMIDOR FINAL
(MILHÕES DE TONELADAS)

LIMITES	2030	2040	2050
Inferior	40,4	45,4	49,6
Médio	49,0	57,2	65,1
Superior	56,2	67,5	77,7

Fonte: MAPA; Embrapa

As revisões anuais do PNF incluem metas de curto (cinco anos) e médio prazo (dez anos) para uma redução gradativa da dependência do País quanto a fornecedores internacionais, conforme a necessidade de cada nutriente. As metas estão divididas em quatro grandes grupos de adubos: nitrogenados, potássicos, fósforo e cadeias emergentes (como biológicos). Cada uma delas possui um mapeamento completo das ofertas nacional e mundial e do potencial brasileiro de exploração.

O CHOQUE DOS PREÇOS NOS FERTILIZANTES VEIO PARA FICAR?

LER: As regras para controlar a pandemia do novo coronavírus desorganizaram o mercado mundial de energia e *commodities*, inclusive alimentares. As obstruções nos processos de produção e logística reduziram a oferta de produtos e serviços. Isso causou pressões nas taxas de inflação dos países que não estavam habituados com essa realidade. Para piorar, a guerra no Leste Europeu, com a invasão da Ucrânia pelas tropas da Rússia, trouxe mais dificuldades, em especial aos fertilizantes, porque a região concentra nações ricas de jazidas minerais para exportação.

É IMPORTANTE MOSTRAR O CONHECIMENTO DA GEOLOGIA NACIONAL E AS ALTERNATIVAS PARA CORRIGIR AS DEFICIÊNCIAS DOS SOLOS BRASILEIROS.

> **"O MOMENTO É DE CRISE, MAS É, TAMBÉM, DE OPORTUNIDADES PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA."**

Até o momento, as medidas tomadas para ajustar esse desequilíbrio não produziram os resultados desejados. Predomina o cenário sem previsibilidade dos acontecimentos em curso. A conjuntura turbulenta nos fertilizantes, por exemplo, não possibilita fluxos com circulação normal em um ambiente de livre-mercado. A administração das soluções dos governos precisa apresentar mais eficiência. A natureza dessas questões não pode ser comparada à crise do petróleo da década de 1970, quando os choques de preço marcaram o nascimento da poderosa e influente Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

VEM UMA ONDA DE TRANSFORMAÇÃO NA INDÚSTRIA?

LER: Esse é um dos fundamentos do PNF, a "revolução tecnológica sustentável da indústria de fertilizantes no mundo", com a sua transformação e reposição em termos de competitividade. Na produção desse insumo, não cabe o conceito de autonomia total. A inspiração deve vir dos modelos de sucesso de países com atividade econômica importante no agro, mas sem a necessidade de operar com autossuficiência. Para atrair as empresas com experiência reconhecida a virem produzir no Brasil, é importante mostrar o conhecimento da geologia nacional, as alternativas para a correção de deficiências estruturais do solo e a necessidade de diminuir a dependência externa.

Os segmentos de fertilizantes orgânicos e organominerais apresentam resultados interessantes, enquanto os mercados de bioestimulantes (conhecidos como biofertilizantes) e inoculantes estão em franca expansão em diversos países. Há, ainda, a ser considerada a aplicação dos remineralizadores e dos nanomateriais, entre outros. O PNF organizou esses projetos para serem impulsionados à base de ciência, tecnologia e inovação, com sustentabilidade ambiental. Ademais, há um potencial ganho de eficiência no uso desses insumos por meio da melhor gestão do sistema de produção com ferramentas digitais, GPS, sensores, *softwares* de modelagem de dados, *drones*, robôs, tecnologias de automação nas máquinas, equipamentos inteligentes, entre outros.

EXISTEM MUDANÇAS E MEDIDAS NOVAS NA LEGISLAÇÃO?

LER: A dependência de importações faz com que o Brasil não seja um "formador de preços", mas sim um "tomador de preços" no mercado internacional de fertilizantes. O atual déficit existente na balança comercial resulta não apenas da demanda aquecida da agropecuária, mas também da estrutura de produção e da deficiência de insumos domésticos. Embora envolva economias de escala e tenha um alto potencial, o setor carece de um nível adequado de investimentos.

A criação do Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (PROFERT) propõe desonerar a implantação e modernizar as fábricas, com redução do PIS/COFINS. Com esse esforço para incentivar a produção nacional e atrair investimentos, daqui a alguns anos, o Brasil dependerá menos das importações desses insumos.

No momento, existem pelo menos quatro desafios a ser superados: (i) ampliar os investimentos em pesquisa geológica focados na descoberta de depósitos de fosfato e potássio; (ii) aplicar isonomia tributária para eliminar a vantagem do produto importado em relação ao nacional; (iii) harmonizar as alíquotas de ICMS, para equilibrar a concorrência entre os produtos nacionais e os estrangeiros, no Convênio nº 100 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); e (iv) incluir os minérios utilizados na fabricação de fertilizantes no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do governo federal.

AS ESTRATÉGIAS DA DIPLOMACIA COMERCIAL SÃO IMPORTANTES?

LER: A montagem de uma estratégia baseada na diplomacia comercial serve de instrumento para sustentar intercâmbios comerciais do Brasil com o mundo afora. Esse caminho assegura o suprimento de fertilizantes para o agro brasileiro seguir em crescimento na produção de alimentos.

Nesse período, há dois posicionamentos interessantes da parte do governo brasileiro. O primeiro é cumprir agendas oficiais de visitas junto a países exportadores desse insumo, pois ajudam a manter abertos os canais internacionais de fornecimento. O segundo é manifestar-se na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) e no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) sobre a importância de evitar a aplicação de sanções nas exportações de fertilizantes e de alimentos para garantir a segurança alimentar do globo.

O PNF objetiva impulsionar a produção doméstica de fertilizantes para diminuir a dependência externa. Mas, como os resultados só aparecerão no médio e no longo prazos, a solução, por ora, será manter as importações. Se os países restringirem exportações, aumentarão a crise e os preços. O mundo espera que o Brasil continue com safras crescentes e respeite as políticas ambientais. O momento é de crise, mas é, também, de oportunidades para a agricultura brasileira. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



GUILHERME MARTIMON/MAPA

A operação do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2022/23 exigirá aportes de recursos diante dos aumentos nos custos de produção das lavouras e nos preços das máquinas e equipamentos agrícolas.

Precisamos do empenho dos parlamentares para podermos, neste momento de restrição orçamentária, garantir os recursos públicos que viabilizarão o PAP.

GUILHERME BASTOS, secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA)

Na PAP 2022/2023, cabem recursos de R$ 21,8 bilhões para equalização da taxa de juros do crédito subsidiado mais R$ 2 bilhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Diante do aumento nos custos de produção das lavouras, os recursos [do PAP 2022/2023] devem priorizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Um Plano com orçamento de R$ 350 bilhões precisa ser liberado em tempo hábil, com taxas de juros abaixo de dois dígitos, sem prejudicar o fluxo de caixa e sem problemas de alavancagem para os produtores.

RENATO CONCHON, coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Fundamental para a agricultura brasileira, ao menos 30% do crédito rural deve dar-se com recursos controlados para balizar o mercado financeiro.

Embora com resultados positivos, a perda de força do crédito rural enfraquecerá as possibilidades de desenvolvimento da agropecuária. Não podemos correr esse risco.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS, presidente do Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB)

A segurança alimentar não pode ser garantida mundo afora sem a restauração da produção ucraniana para o mercado mundial.

ANTÓNIO GUTERRES, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)

A aplicação de sanções unilaterais e seletivas no comércio internacional é ilegal no Direito internacional e atinge produtos essenciais à sobrevivência da população. (...) O grande risco de como essas medidas têm sido implementadas recairá mais sobre o mundo em desenvolvimento, que terá dificuldades para acessar alimentos.

CARLOS FRANÇA, ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Além do Plano Safra, há outros temas estratégicos para o desenvolvimento do agro na pauta do Congresso Nacional. (...) O licenciamento ambiental e a regularização fundiária aguardam definição há quase duas décadas, enquanto falta a aprovação sobre a modernização da produção e o uso de pesticidas agrícolas. (...) Temos, ainda, as medidas para modernizar a fiscalização da produção na indústria agropecuária.

JACYR COSTA FILHO, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp)

"Vimos silos cheios de trigo e milho prontos para serem exportados, mas que estão retidos por causa da guerra e do bloqueio aos portos."

"Como essas ações provocam dramáticas consequências para países vulneráveis, precisamos de uma resposta global."

CHARLES MICHEL, presidente do Conselho Europeu

"Sem as exportações agrícolas ucranianas, dezenas de países em diferentes partes do mundo ficarão à beira da escassez de alimentos. Com o tempo, a situação piora."

"Sem movimento regular da frota mercantil, precisamos de medidas imediatas para desbloquear os nossos portos para a exportação de grãos."

VOLODYMYR ZELENSKY, presidente da Ucrânia

"Enfrentamos pressão nos custos de produção e nas taxas de inflação e de juros, com concentração dos negócios nas áreas de distribuidores, revendas e cerealistas."

"Precisamos elevar as exigibilidades na aplicação do crédito rural oficial e reservar mais recursos do Tesouro Nacional para equalização da taxa de juros subsidiada."

"Acima do PAP da safra 2021/22, de R$ 251 bilhões, estimamos R$ 330 bilhões (+31%) para o PAP da safra 2022/23, sendo R$ 234 bilhões para custeio e comercialização e R$ 97 bilhões para investimentos."

LUIZ ROBERTO BAGGIO, coordenador nacional do Ramo Agropecuário do Sistema OCB e presidente da Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus



SHUTTERSTOCK

NÃO CONVERGÊNCIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

A INFLAÇÃO brasileira segue no centro das preocupações econômicas e não parece que cederá na velocidade esperada pelo mercado financeiro e pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Os índices de preços divulgados ao longo de maio último refletiram algum alívio, em função da bandeira verde nas tarifas de energia elétrica, que resultou em uma queda dos preços de energia no País. Por conta disso, o grupo habitação passou a registrar deflação em alguns momentos nos índices apurados.

No entanto, a dinâmica dos preços revela que a inflação permanece elevada, não havendo uma mudança significativa dessa trajetória no curto prazo. Os índices de inflação seguem rodando acima de 10% no acumulado em doze meses, sem sinais de recuo que indiquem uma inflação significativamente mais baixa até o final deste ano.

Isso tem ocorrido a despeito das elevações da taxa básica de juros – Selic – promovidas pelo BCB ao longo dos últimos meses. Na verdade, o aperto monetário promovido pelo BCB tem apenas reposicionado a taxa de juros brasileira em um patamar próximo da inflação acumulada em doze meses. Em outras palavras, a meta da Selic em maio ficou em 12,75% ao ano, pouco acima da inflação acumulada em doze meses medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que ficou em 12,00%. Em outras palavras, a taxa de juros apenas correu atrás da inflação, colocando-se em um patamar próximo a esta e sem, de fato, representar um aperto monetário significativo até o momento.

O reflexo disso pode ser percebido na atividade econômica brasileira, que, apesar da alta de juros, continuou registrando um bom desempenho ao longo dos primeiros meses deste ano. O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre cresceu significativamente e o desemprego, embora não tenha caído expressivamente, também não registrou alta para o período. Em outras palavras, a atividade econômica brasileira seguiu apresentando um bom desempenho e não parece dar sinais de arrefecimento significativo nos próximos meses.

A somatória de uma inflação que segue elevada a uma atividade econômica que não dá sinais de desaceleração indica que o aperto monetário promovido pelo BCB até agora se mostra insuficiente para criar uma convergência da inflação para o centro da meta em um horizonte de médio prazo. Isso significa não apenas que a meta da inflação de 2022 foi comprometida, mas que já começa a acender o sinal amarelo para a meta do ano que vem.

Sob essa perspectiva, o BCB tem insistido no uso da taxa de juros real feito com os juros *ex ante*, que considera projeções de mercado, como medida relevante para o cálculo dos juros reais. Essa medida considera o patamar de juros atuais frente às projeções de mercado. Como estas (que não representam as expectativas de inflação do conjunto de agentes econômicos) recorrentemente fornecem uma convergência da inflação para baixo, o BCB acredita que elevar os juros ao patamar da inflação atual acumulada em doze meses já proporciona um patamar de juros real condizente com a queda da inflação.

Essa estratégia não seria de todo equivocada se a inflação, de fato, já tivesse criado uma convergência. Como o próprio BCB já deu mostras, mais de uma vez, de não saber a dimensão e a extensão do choque adverso de oferta sobre os preços domésticos, ele deveria abandonar essa métrica por enquanto, levando em consideração com mais ênfase os juros reais *ex post* (que consideram a inflação passada).

A resposta a isso deveria ser um aperto monetário mais expressivo por parte do BCB. O nível da taxa de juros real efetiva para levar a patamares de inflação menores é de 3% a.a. a 4% a.a. Isso significa que a meta da taxa Selic deveria se situar em torno de 15% a.a. (e não a 12,75% a.a. ou pouco mais do que isso, como o BCB advoga).

Por enquanto, o BCB tem insistido em posicionar os juros pouco acima da inflação acumulada em doze meses e anunciou que fará ajustes marginais. O risco maior dessa estratégia é uma não convergência ou uma queda muito lenta da inflação ao longo dos próximos trimestres. No patamar inflacionário atual, isso aumenta os riscos de indexação e de uma maior "inercialização". ■

PREOCUPAÇÃO COM A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), a conjuntura mundial abarca o impacto da pandemia e as consequências da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Essa situação adversa contribui para a escalada nos preços dos alimentos e aumenta a fome e a insegurança alimentar em diversas regiões do globo. Os países do G7 ensaiam articulações emergenciais com os países do G20 para aumentar temporariamente a produção e liberar os estoques de alimentos. Nesse contexto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) acompanha com preocupação as medidas restritivas adotadas por alguns governos nas exportações de alimentos.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS DE ALIMENTOS (IPA) DA FAO



*Média de janeiro a abril
Fonte: FAO

CENÁRIO DE INCERTEZAS NA SAFRA 2022/23

No Brasil, os mercados de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas seguem aquecidos. Os resultados das grandes feiras agropecuárias realizadas neste primeiro semestre superaram as expectativas de negócios. A agricultura tem se capitalizado nos últimos ciclos de produção, apesar dos contratempos climáticos em algumas regiões. Ao mesmo tempo, a margem de comercialização ficou mais apertada, por causa da subida nos custos de produção, da taxa de câmbio volátil, oscilando em patamar alto, e da taxa de juros em elevação. Tudo isso torna o cenário para a próxima temporada cercado de incertezas para o produtor.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL EM 2022

O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CGSR/MAPA) aprovou a distribuição do orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para 2022. No total, serão disponibilizados R$ 990 milhões para a contratação de aproximadamente 140 mil apólices de seguro rural em todo o País. Neste ano, a área segurada do imóvel rural passa a ser georreferenciada, com informações de mapeamento e monitoramento por satélite. O percentual de subvenção ao prêmio está fixado em 40% para todas as culturas, exceto a soja, cuja taxa permanece fixa em 20%.

ORÇAMENTO DO PSR EM 2022

ATIVIDADES	R$ milhões
Culturas de inverno	500
Culturas de verão	324
Frutas	72
Pecuária	12
Floresta	2
Demais culturas	80
TOTAL	990

Fonte: MAPA

EVOLUÇÃO NO ABATE E NA PRODUÇÃO DE CARNES NO BRASIL

No horizonte de 2016 a 2021, houve um crescimento do abate de frangos (+5,39%) e suínos (+25,26%), enquanto decresceu o abate de bovinos (-7,26%). Na produção, houve um aumento nos frangos (+10,43%), nos bovinos (+0,67%) e nos suínos (+31,78%). Nos três tipos de carnes, há excedente na produção em relação ao consumo interno. As campanhas de exportação são promovidas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), e pelas empresas do setor. Essa participação conta, ainda, com o apoio do MAPA e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A imagem do Brasil no exterior também está muito associada à oferta de proteína animal.

MILHO E TRIGO NA RÚSSIA E NA UCRÂNIA

A desorganização das cadeias produtivas de importantes produtos ocasionada pela pandemia de COVID-19, somada à guerra na Ucrânia iniciada em janeiro deste ano, torna mais instável o cenário da segurança alimentar no mundo. No conjunto, na temporada 2020/21, a Rússia e a Ucrânia participaram com 14,2% da produção e 27,3% da exportação global de trigo e com 3,8% da produção e 15,4% da exportação de milho. Esse conflito deverá reduzir as áreas de plantio ucranianas de trigo e milho na safra 2022/23. O balanço entre oferta e demanda dependerá, agora, do comportamento dessas lavouras em outras regiões, inclusive no Brasil, cujas rentabilidades favoráveis estimularão os produtores a aumentarem as áreas de plantio.

RÚSSIA E UCRÂNIA: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MILHO E TRIGO NA SAFRA 2020/21
(MILHÕES DE TONELADAS)

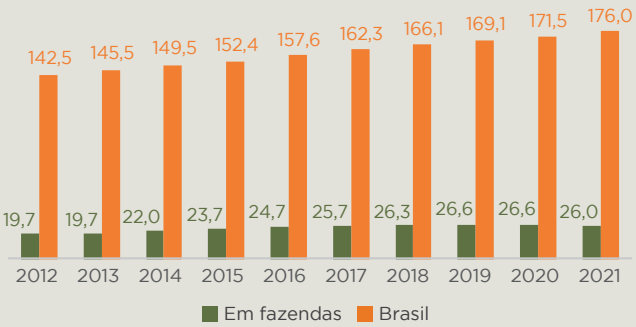
PAÍS/BLOCO	Trigo		Milho	
	Produção	Exportação	Produção	Exportação
Mundo (1)	**776**	**202**	**1.125**	**182**
Rússia (2)	85	39	13	4
Ucrânia (3)	25	16	30	24
TOTAL (2 + 3 = 4)	**110**	**55**	**43**	**28**
Part. % (4/1)	**14,2%**	**27,3%**	**3,8%**	**15,4%**

Fonte: USDA

EVOLUÇÃO DA ARMAZENAGEM NO CAMPO

A partir da segunda metade da década passada, as margens de rentabilidade favoráveis alcançadas pelas culturas de milho e soja estimularam os produtores, as *tradings* e as cooperativas a investirem na ampliação da capacidade estática de armazenagens. Essa estratégia melhora de forma sensível como administrar, comercializar e escoar a colheita de grãos. A agricultura brasileira convive com os riscos relacionados a eventos climáticos como El Niño e La Niña, os quais impactam negativamente as produções. A segunda colheita de milho, por exemplo, a mais importante, pode ser afetada, desorganizando a oferta desse insumo para arraçoar os animais. A estocagem serve como salvaguarda em situações críticas.

BRASIL: CAPACIDADE ESTÁTICA DOS ARMAZÉNS
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Conab

TERCEIRA MAIOR COLHEITA DE CAFÉ

Os produtores de café colherão a terceira maior safra neste ano. O acréscimo, em comparação a 2021, já era esperado devido ao fato de a temporada anterior ser de bienalidade negativa para a cultura. O resultado só não superou os desempenhos registrados em 2020 e 2018, as duas últimas safras de bienalidade positiva. Essa recuperação é limitada devido à estiagem e às geadas ocorridas ainda no ano passado, principalmente em Minas Gerais, Paraná e São Paulo, que debilitaram as plantas. Para o Conilon, a expectativa é de um novo recorde na colheita, sendo que, no Espírito Santo, principal estado produtor, a produção tende a ultrapassar 12 milhões de sacas.

BRASIL: PRODUÇÃO DE CAFÉ ARÁBICA E CONILON

ANO	Arábica	Conilon	TOTAL
2013	38,29	10,87	**49,16**
2014	32,31	13,04	**45,35**
2015	32,05	11,19	**43,24**
2016	43,38	7,99	**51,37**
2017	34,25	10,70	**44,95**
2018	43,48	14,04	**57,52**
2019	34,30	15,01	**49,31**
2020	48,77	14,31	**63,08**
2021	31,42	15,53	**46,95**
2022*	35,71	17,72	**53,43**

*Previsão
Fonte: Conab

PADRÃO DE QUALIDADE PARA CAFÉ TORRADO

Maior produtor mundial e com iniciativas de controle do setor privado, o Brasil não possuía uma ferramenta legal para o controle oficial do café torrado. Agora, a Portaria n° 364, de 16 de julho de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), passa a reconhecê-lo como um produto com tratamento térmico no ponto de torra. O órgão fiscalizador fica em condições para controlar a sua qualidade, condição higiênico-sanitária e identidade. A normativa entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023, com a perspectiva de aumentar o consumo e a exportação. A medida preenche um antigo anseio da cadeia produtiva.

CAPACITAR A APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

O Decreto nº 10.833/21 passou a exigir treinamento e registro obrigatório ao aplicador de defensivos no campo. A medida visa conscientizar os riscos para a saúde humana e orientar a proteção do meio ambiente. Um protocolo de intenções foi assinado pela SDA, do MAPA, em parceria com a CropLife Brasil (CLB), o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O Programa Nacional de Habilitação de Aplicadores de Defensivos Agrícolas está em vigor desde 17 de março último, com a estimativa de capacitar 2 milhões de agricultores em cinco anos.

ALIANÇA PARA PROMOVER BIONERGIA E BIOCOMBUSTÍVEL

Governos e setores privados do Brasil e da Índia buscam convergência de interesses no setor de energia. Os dois países pretendem aprofundar a cooperação na área de mobilidade sustentável para reduzir a intensidade de carbono dos combustíveis. As políticas públicas e as capacidades industriais brasileiras na utilização de biocombustíveis e motores *flex fuel* e híbrido servem de referência para as medidas a serem tomadas pelas autoridades indianas. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e a Sociedade de Fabricantes de Veículos da Índia (SIAM, na sigla em inglês) firmaram um memorando que prevê o lançamento do Centro Virtual de Excelência de Etanol, dedicado ao compartilhamento de melhores práticas e informações no setor.

STATUS DE PAÍS LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

O Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PE-PNEFA) traçado em 2017 segue a meta de tornar o País livre de febre aftosa sem vacinação até 2026. Os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Acre e Rondônia e partes do Amazonas e de Mato Grosso já gozam desse *status*. O próximo pleito nacional na Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) envolverá os estados do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais e do Tocantins e o Distrito Federal. Até novembro próximo, essas regiões passarão pela última campanha de vacinação, sendo o ingresso de animais vacinados proibido por doze meses. Essa exigência faz parte das diretrizes do Código Sanitário para Animais Terrestres da OIE.

ISENÇÃO NA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DO MERCOSUL

Decisões do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) buscam reduzir os impactos de produtos importados sobre a cesta básica de alimentos consumidos pelos brasileiros. As taxas nas importações foram zeradas até 31 de dezembro próximo. A medida envolve os produtos oriundos de carnes, em especial de bovinos, e de grãos, como trigo e milho (com alíquotas de 7,2% e 16,2% respectivamente), mais ácido sulfúrico utilizado na fabricação de fertilizantes (com alíquota de 4,0%) e o fungicida mancozebe (com alíquota de 12,6%), muito usado na produção de hortigranjeiros.

CRISE ALIMENTAR NO MUNDO

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

A disparada da inflação mundial, quebras de produção por problemas climáticos e o início do conflito no Leste Europeu têm, seriamente, levantado o temor de uma crise global de fome.

CLARAMENTE, A inflação de alimentos é um fenômeno que está atingindo fortemente os brasileiros, sobretudo nos últimos meses. Nesse sentido, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o preço médio da alimentação realizada no domicílio acumulou uma alta de 16,1% em doze meses até abril último.

Apesar de isso ser uma notícia desconfortável para o País, é importante frisar que esse cenário de alta de preços não é exclusividade do Brasil; pelo contrário, é um fenômeno global: o Food Price Index (ou Índice de Preços de Alimentos, em português) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), que busca mensurar os preços internacionais de uma cesta de *commodities* alimentícias no mundo, atingiu, em março, o seu maior valor desde o início da série histórica, que se deu em janeiro de 1990.

A disparada da inflação, no Brasil e no mundo, foi uma consequência natural do desequilíbrio entre oferta e demanda de bens que teve início com a pandemia de COVID-19 e piorou com as condições climáticas adversas e, mais recentemente, o início do conflito bélico no Leste Europeu. Todo esse cenário gerou uma tempestade perfeita, que tem elevado sobremaneira o temor de uma crise global de fome nos próximos meses e anos.

MESMO ANTES DA GUERRA ENTRE A RÚSSIA E A UCRÂNIA, O CENÁRIO JÁ ERA DESAFIADOR

A pandemia de COVID-19, que vem assolando o mundo desde 2020, gerou desequilíbrios que implicam uma forte pressão sobre os preços:

- As medidas para tentar reduzir a disseminação do vírus, entre outros efeitos, alteraram as rotas marítimas, criaram novos e mais demorados protocolos para os embarques e os desembarques nos portos e ocasionaram, consequentemente, maiores custos de fretes, afetando toda a cadeia de produção. Além disso, muitas empresas e indústrias fecharam suas portas, mesmo que temporariamente. Isso acarretou alguns problemas nas cadeias globais de suprimentos, impactando negativamente a oferta de bens.

- Em adição a isso, os governos de diversos países adotaram políticas fiscais e monetárias bastante expansionistas, de modo que, quando as economias puderam voltar a funcionar com um mínimo de normalidade (a partir do segundo semestre de 2020), o consumo interno se aqueceu de forma rápida e intensa.



SHUTTERSTOCK

DO LADO DA OFERTA, AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS PIORARAM AINDA MAIS A SITUAÇÃO

Para piorar o cenário deixado pela pandemia, o ano de 2021 e os primeiros meses de 2022 foram marcados por alguns eventos climáticos adversos, que reduziram a oferta agrícola entre alguns importantes produtores de *commodities*.

Para exemplificar, pode-se citar o caso do Brasil, que foi prejudicado, notadamente, por fortes geadas em meados de 2021. Por sua vez, a China, que é o principal produtor mundial de trigo, sofreu com chuvas e inundações no mesmo ano, resultando em uma safra reduzida. E, agora, mais

recentemente, um extremo calor na Índia (segundo maior produtor de trigo do Planeta) dizimou uma parte relevante da sua produção.

O CONFLITO BÉLICO NO LESTE EUROPEU GEROU AINDA MAIS DESEQUILÍBRIOS

Em um momento de redução de oferta e alta dos preços derivados, sobretudo, da pandemia de COVID-19 e das condições climáticas adversas, iniciou-se o conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia.

Esses países são relevantes ofertantes de itens importantes da cadeia global de suprimentos. Conjuntamente, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), eles responderam por 15,2% das exportações mundiais de milho, 27,5% das de trigo e 28,8% das de cevada na safra 2020/21. Além disso, a Rússia é um importante produtor de potássio e fosfato, que são ingredientes essenciais para a produção de fertilizantes.

Nesse sentido, a guerra praticamente zerou as exportações da Ucrânia, uma vez que os embarques do país pelos portos do mar Negro estão paralisados desde o início da invasão russa, no final de fevereiro último. Além disso, as sanções econômicas impostas à Rússia vêm dificultando o acesso aos produtos dessa nação, notadamente aos fertilizantes. Logo, a guerra piorou consideravelmente a organização da cadeia global de suprimentos, que já estava bem desorganizada, reduzindo ainda mais a oferta de produtos alimentícios.

RESULTADO DA TEMPESTADE PERFEITA: MAIOR INSEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL

A consequência natural de todos esses fatos ocorridos desde 2020 foi, como observamos anteriormente, uma escalada de preços, sobretudo, de produtos alimentícios a patamares globais inéditos. O aumento das cotações reflete uma oferta de bens reduzida, cuja consequência, possivelmente, será o aumento do número de pessoas em situação de fome no mundo, o que pode se complicar nos próximos meses e anos.

A situação já é grave, mas vale ressaltar que ela pode piorar ainda mais caso o conflito no Leste Europeu continue. Entre os principais motivos, estão:

- Parte da safra passada da Ucrânia já havia sido embarcada antes da guerra, aliviando um pouco o cenário. No entanto, para a safra atual, aqueles silos do país que não foram destruídos pela guerra estão cheios de milho e cevada; logo, os agricultores não têm onde armazenar a próxima colheita, que deve acontecer no final de junho, podendo apodrecer. Além disso, o país deverá ter dificuldades na agricultura, uma vez que não conta com mão de obra, insumos e combustíveis para o desempenho da atividade;

- Até o momento, a Rússia está conseguindo exportar a sua produção, apesar dos custos e dos riscos, porém, em um futuro próximo, pode sofrer com a falta de sementes e pesticidas que costuma comprar da União Europeia, pois esta vem impondo sanções ao país.

Vale ressaltar que, na tentativa de amenizar o problema da fome no mundo, o Banco Mundial anunciou, em meados de maio último, um programa de apoio à agricultura, com um fundo de US$ 30 bilhões, para os próximos quinze meses. Além disso, é preciso explicitar que uma efetiva forma de tornar a situação menos complicada, enquanto os desequilíbrios ainda estão presentes, é manter o livre-comércio, diferentemente do que algumas nações vêm fazendo. Ou seja, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e a inflação interna, alguns países estão suspendendo suas exportações, o que é, claramente, um erro grave, uma vez que a solução para o aumento da fome no mundo deve vir de uma ação global, e não local. ■

A INFLAÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNDO
(FAO FOOD PRICE INDEX – MÉDIA 2014-2016 = 100)



Fonte: FAO

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP) e pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br


Tech and Soul
[B]3
Registrar sua CPR na bolsa do Brasil é simplicidade para você e transparência para o mercado.
Desde 1º de janeiro de 2022, o valor mínimo da obrigatoriedade de registro das CPRs, emitidas fora do mercado financeiro, passou de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Somos líderes do segmento, com um estoque de quase R$ 100 bilhões e mais de 100 diferentes produtos registrados*.
*Fechamento de jan/22
Acesse e saiba mais
[B]3

Conheça o IAGRO, o novo índice do agronegócio lançado pela B3

Índice será usado para referenciar o ETF AGRI11 do Banco do Brasil, em momento de plena expansão do mercado Agro.

Um dos setores mais importantes da economia brasileira agora tem um índice próprio na Bolsa do Brasil. O **IAGRO B3** reúne e acompanha o desempenho das empresas listadas no país que fazem parte do agronegócio.

O setor agro vive um momento de plena expansão, gerando desenvolvimento substancial na economia. **Em 2021, o agro foi responsável por 27,4% do PIB nacional**, a maior participação alcançada pelo setor desde 2004, conforme dados do Cepea/CNA.

O indicador IAGRO é bastante plural e não se resume as empresas diretamente vinculadas a agricultura e pecuária, considerando toda a cadeia produtiva (Mercado Primário, Insumos, Agroindústria e Agroserviços) do Agronegócio e, consequentemente, conferindo uma visão ampla deste mercado.

Hoje as cinco empresas de maior participação nesse índice são a JBS, Suzano, Ambev, Cosan e Klabin, sendo Ambev e Cosan classificadas como agroindústria e os demais pertencentes ao setor primário. Esse tipo de diversidade é possível através de novas metodologias para índices desenvolvidas pela B3, que você conhece em detalhes logo abaixo.

A carteira é revisada a cada quatro meses e sua visão plural do mercado é possível através de um sistema de pesos aliado a uma segmentação que detalha em qual subsetor a empresa se enquadra. O resultado é disposto da seguinte forma:

Os ativos são ponderados pela média entre o peso via valor de mercado do *free float* (cap de 10% por ativo) e o peso *equal weight* setorial.

Setor primário
PESO 1

Agricultura, pecuária, floresta e pesca.

Insumos
PESO 2

Alimentação para animais, defensivos, fertilizantes e corretivos de solo e medicamentos para uso veterinários.

Agroindústria
PESO 3

Preparação de carnes, laticínios, artigos de couro e calçados à base de couro, açúcar e etanol, torragem e moagem de café, conservas de vegetais, fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais, fabricação de bebidas e produtos de fumo, vestuários e acessórios de base natural, fabricação e produtos de madeira, fabricação de celulose, papel e produtos de papel.

Agroserviços
PESO 1

Transporte e logística de produtos do agronegócio, comercio de equipamentos agrícolas (como veículos e máquinas), armazenamento de produtos agrícolas e outros serviços.

METODOLOGIA

Mesmo sendo abrangente, existem regras bem delimitadas para integrar o índice **IAGRO B3**. A metodologia é similar aos demais índices de ações da B3 e os critérios de seleção das empresas incluem:

1. **Ser uma companhia classificada como Agronegócio, segundo classificação Agro B3.**
2. **Estar entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das três carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem em conjunto 99% do somatório total desses indicadores.**
3. **Ter presença em pregão de 95% no período de vigência das três carteiras anteriores.**
4. **Não ser classificada como "*penny stock*", ou seja, ativos cuja cotação é inferior a R$ 1,00.**

OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO – Além de uma nova ferramenta para se ter uma visão macro de uma das principais empresas do Brasil, o **IAGRO B3** possibilitou criar mais uma alternativa para o investidor aplicar no agronegócio brasileiro através da Bolsa, de uma forma rápida e simples.

O **BB ETF IAGRO-FFS B3 – AGRI11**, negociado em ambiente de home broker por meio do *ticker* **AGRI11**, é um ETF (*Exchange-Traded Fund*) que acompanha o índice **IAGRO B3**.

Destinado a todos os tipos de investidores, o **AGRI11** abre ao investidor a possibilidade de diversificar seus investimentos até mesmo a partir de baixos valores. O fundo é gerido pela **BB DTVM**, maior gestora de recursos do país e líder da indústria de fundos de investimento, com mais de R$ 1,464 trilhão de patrimônio líquido sob gestão e 21,29% de participação de mercado, conforme ranking de Gestores de Fundos de Investimento da Anbima.

Vale destacar que, considerando a metodologia retroagida, o **IAGRO B3** apresentou uma rentabilidade aproximada de **14% ao ano**, superando o Ibovespa, principal índice do mercado brasileiro

Para investir neste mais novo ETF, basta procurar pelo *ticker* **AGRI11** no ambiente de *home broker* ou ainda entrar em contato com a sua corretora, banco ou instituição financeira para ter mais detalhes.

Clique ou escaneie e saiba mais!

AMENDOIM BRASILEIRO: UM GIGANTE ADORMECIDO

JOSÉ ANTONIO ROSSATO JR.*

O cenário atual é desafiador, mas pode apontar novas opotunidades para a produção brasileira de amendoim.

CERCA DE 90% da produção de amendoim no Brasil está concentrada no estado de São Paulo, em especial nas áreas de reforma de cana-de-açúcar. O cultivo de amendoim amplia-se no próprio estado e se expande por Minas Gerais e a região Centro-Oeste. Entre as safras 2010/11 e 2020/21, a produção nacional cresceu 282% e atingiu o volume de 638 mil toneladas de grãos, estimulada, sobretudo, pelo aumento das exportações.

A inserção do amendoim no mercado global foi possível a partir dos protocolos de qualidade internacionais adotados pelas agroindústrias. A certificação de garantia de alimento seguro trouxe a oportunidade ímpar de o Brasil acessar o mercado externo, que cresceu de 9 mil toneladas, em 2001, para 264 mil toneladas, em 2021. Esse volume posiciona o País na quinta colocação como exportador mundial, atrás de Índia, Estados Unidos, Argentina e China, que, juntos, representam 61% do comércio global. Além da exportação

SHUTTERSTOCK



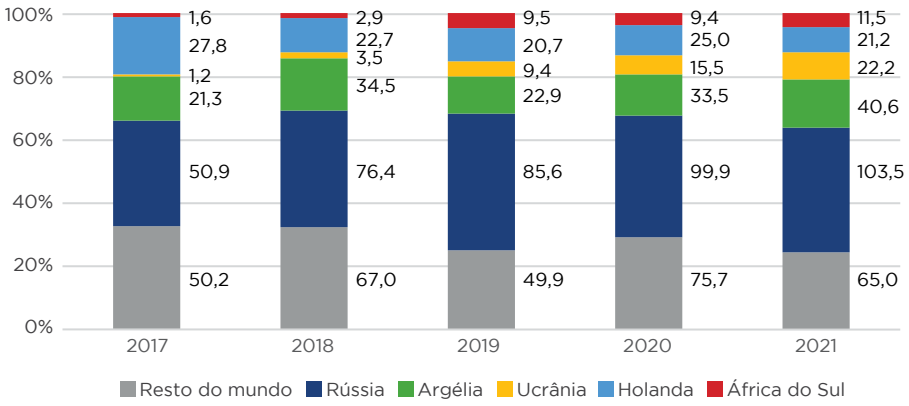
em grão, há outros produtos à base de amendoim, especialmente semielaborados (torrado e pasta) e óleo, totalizando 332 mil toneladas e uma receita de US$ 443 milhões em 2020.

No princípio, as exportações brasileiras de amendoim concentravam-se nos países-membros da União Europeia. Entretanto, o recrudescimento das barreiras não tarifárias, com limites para compostos tóxicos, como a aflatoxina e pesticidas, levou o setor a se reposicionar em mercados alternativos. Novos destinos foram incorporados, como Rússia, Argélia, Ucrânia, África do Sul e Colômbia, que representaram 73% da exportação para quase cem Países em 2021. A exportação brasileira de amendoim em grão para o mercado russo passou de 10,6 mil (17%) para 103,5 mil toneladas (39%) entre 2014 e 2021.



PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE AMENDOIM EM GRÃO DO BRASIL

(MILHARES DE TONELADAS)



Fonte: Comex Stat

As atuais sanções econômicas impostas à Rússia pressionam a oferta de amendoim para o mercado interno. Devido ao risco de alta exposição, os exportadores estão receosos de negociar no mercado russo, com custos logísticos elevados, bem como há apreensão entre os produtores. A expectativa da produção para a safra nacional de 2021/22 aponta um crescimento de 7%, para em torno de 682 mil toneladas de amendoim em grão. O setor busca outros mercados para o destino dessa colheita, tendo como saída a alocação de um elevado volume para o Oriente.

No momento, o caminho mais célere e em larga escala está na China, porém o Brasil ainda não possui um acordo comercial para exportação do produto nesse mercado. O setor produtivo e o governo brasileiro mobilizam-se para intensificar essa agenda. Em paralelo, para os exportadores com certificação de produtos de alta qualidade, a União Europeia é uma alternativa, a despeito dos desafios acerca da agenda sanitária no bloco. A produção de óleo tende a drenar parte do volume, desde que os preços no mercado internacional e o câmbio estejam em patamares interessantes para as poucas esmagadoras em operação.

Espera-se que o setor possa equilibrar o destino das exportações, estimular o consumo interno e proporcionar uma maior agregação de valor, em especial por meio de produtos semielaborados. Isso incrementará a renda do produtor e estimulará a originação no campo.

Há oportunidades para a inserção estratégica do amendoim em duas grandes tendências globais. Primeiro, no mercado de carbono, tendo em vista que a pegada de carbono do amendoim nacional é 59% inferior à média mundial. Segundo, na mudança no hábitos alimentares das novas gerações dado o mercado crescente de alimentos à base de ingredientes de origem vegetal (*plant-based*).

Atualmente, o Brasil é reconhecido pela sua exportação, mas, sobretudo, pelo potencial de incremento na produção e no mercado de amendoim. Existem grandes oportunidades para o desenvolvimento do setor e o posicionamento sustentável do País como um relevante *player* global. ■

* Doutor em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCAV/Unesp) no *campus* de Jaboticabal e vice-presidente do Conselho de Administração da Coplana – Cooperativa Agroindustrial

POR UMA SAFRA SUPERIOR A 300 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023

IVAN WEDEKIN*, ROBERTO RODRIGUES**

O Brasil reúne as condições e tem a obrigação de estabelecer políticas para viabilizar essa meta em benefício da segurança alimentar global.

O PAÍS tem mercado, demanda e clientes dispostos a comprar os produtos do agronegócio brasileiro, mesmo pagando os preços elevados vigentes no mercado internacional.

Temos um compromisso inadiável de aumentar a oferta, reduzir a inflação dos alimentos e atenuar a grave insegurança alimentar que se espalhou pelo mundo a partir da pandemia de COVID-19 em 2020 e que se agravou com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Poucos países do mundo têm esse potencial de contribuição histórica.

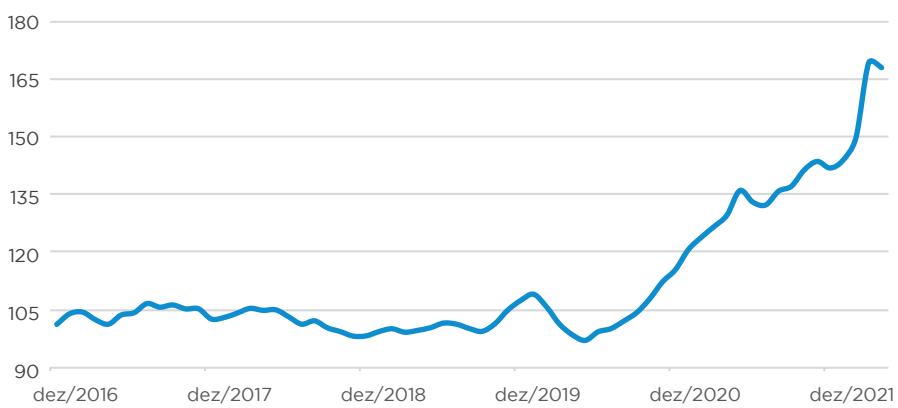
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem conduzido políticas consistentes para o fortalecimento da agropecuária e do agronegócio. O governo federal, o Congresso Nacional e as lideranças da sociedade precisam fazer um chamado à Nação. O momento é agora!

O ALERTA DA CRISE ALIMENTAR SEVERA

A inflação de alimentos vem aumentando a insegurança alimentar mundo afora. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), o Food Price Index (ou Índice de Preços de Alimentos, em português) em abril último estava 68,3% acima da média de 2019, ou seja, antes da pandemia (Figura 1). Nos últimos doze meses até abril, os alimentos ficaram 29,8% mais caros no mundo.

FIGURA 1 – INFLAÇÃO MUNDIAL DE ALIMENTOS MEDIDA PELO FAO FOOD PRICE INDEX DE DEZEMBRO DE 2016 A ABRIL DE 2022

(VALORES NOMINAIS; BASE: MÉDIA DE 2019 = 100)



Fonte: FAO

Nesse cenário desolador, a insegurança alimentar campeia solta. Segundo a FAO, a situação é muito mais adversa para as economias emergentes. A combinação de queda de renda, aumento dos preços dos alimentos e depreciação das moedas locais em relação ao dólar dos EUA responde pela maior parte da deterioração da segurança alimentar, principalmente nas economias menos desenvolvidas.

> *No mundo todo, mais 148 milhões de pessoas passaram a enfrentar insegurança alimentar severa: o total subiu de 780 milhões para 928 milhões de pessoas entre 2019 e 2020. O quadro deverá piorar quando a FAO divulgar os dados de 2021.*

Nos países de renda alta, a proporção da população vivendo em situação de **insegurança alimentar severa** passou de 1,6% para 1,7% entre 2019 e 2020. No entanto, para os países de renda baixa, o quadro crítico subiu de 25,4% para 28,1% da população nesse período (Figura 2).

Quando se considera a soma de **insegurança alimentar severa e moderada**, a FAO indica que 60,9% da população dos países de baixa renda vivia nessa condição em 2020, contra 59,5% no ano anterior. Todavia, a maior deterioração da insegurança alimentar severa e moderada ocorreu no grupo de países de renda média: de 37,6% para 44,2% entre 2019 e 2020.

A importância do Brasil para a atenuação da insegurança alimentar fica patente quando se analisa a mudança radical no destino das vendas externas do agronegócio dos países ricos para os de menor renda.

De acordo com a FAO, na década de 1980, as exportações brasileiras eram destinadas, em grande parte, às nações desenvolvidas, especialmente os EUA (20,0% do total), a Europa (só a Holanda absorvia 20,3%) e o Japão (6,6%).

Nas décadas seguintes, os países de renda média ou baixa passaram a responder por frações crescentes do destino das exportações brasileiras de alimentos. No triênio 2015-2017, merecem destaque a China (o principal comprador, com 37,6% do total) e países do Oriente Médio (Arábia Saudita, Irã, Egito e Emirados Árabes Unidos). O Japão e a Holanda recuaram para, respectivamente, 3,0% e 2,6% do total, enquanto os EUA não figuram mais no *ranking* dos dez maiores importadores[1].

O BRASIL TEM LASTRO PARA OUSAR E PRODUZIR MAIS ALIMENTOS

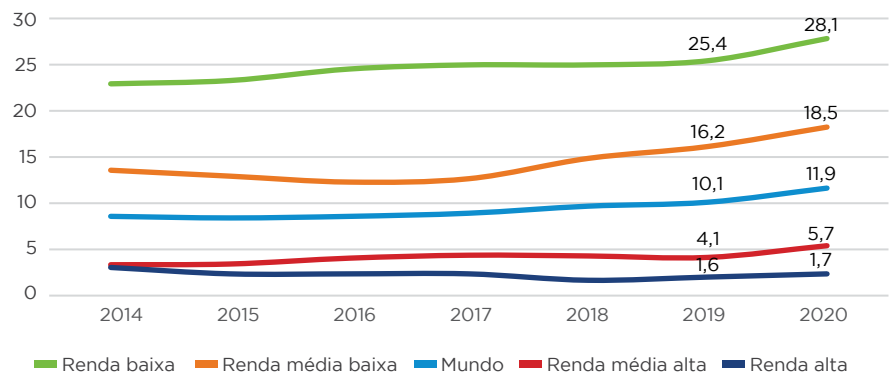
O desempenho da agropecuária e do agronegócio nas últimas três décadas é explicado por alguns fatores principais: a desoneração das exportações pela Lei Kandir (de 1996); a estabilização da economia a partir do Plano Real (de 1994); a mudança do regime de câmbio fixo para câmbio flutuante pelo Banco Central do Brasil (BCB) (em 1999); os ganhos recorrentes de produtividade dos fatores de produção; e as vantagens competitivas geradas pela ampliação nas economias de escala na agropecuária.

Alguns indicadores ilustram a grandeza dos avanços do agro brasileiro nas últimas décadas:

- A produção de grãos saltou de 76 milhões para 270 milhões de toneladas entre 1994 e 2021.
- A Produtividade Total dos Fatores de Produção (PTF) da agricultura brasileira cresceu 3,18% ao ano no período 2000-2019, enquanto a PTF dos EUA cresceu 0,50% a.a. e a do mundo aumentou 1,66% a.a.[2].
- O crescimento da produtividade resultou em um efeito poupa-terra de 84,7 milhões de hectares entre 1990 e 2019. Essa área teria de ser plantada a mais para obter a mesma produção de grãos caso a produtividade ficasse estagnada nos níveis de 1990.
- A exportação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio saltou de 9%, em 1997, para 27%, em 2021[3]. O mercado interno continua sendo um privilégio da agricultura brasileira: absorve 73% da produção.
- O Brasil é um dos países que menos subsidia a agricultura no mundo.
- O crédito alavancou a produção: a relação entre o crédito rural concedido e o PIB da agricultura saltou da média de 24%, no período 1990-1994 (antes do Plano Real), para 51%, no período 2019-2021 (Figura 3). A estabilidade da economia favorece o aumento do crédito.

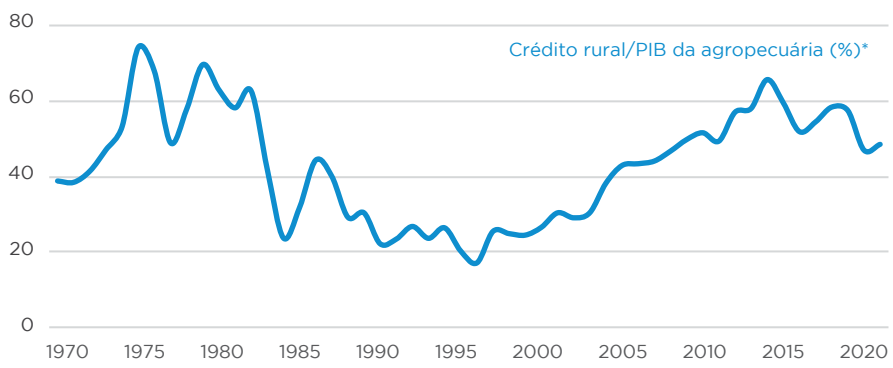
FIGURA 2 – POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR SEVERA POR RENDA DOS GRUPOS DE PAÍSES NO PERÍODO 2014-2020

(% DA POPULAÇÃO TOTAL)



Fonte: FAO

FIGURA 3 – BRASIL: CINCO DÉCADAS DO CRÉDITO RURAL (1970-2021)



*Relação entre o valor total do crédito rural concecido e o PIB da agropecuária em cada ano civil
Fonte: IBGE; BCB; Ipeadata

O crédito rural é o motor do investimento no campo. E o investimento faz a transformação competitiva da agropecuária. A prioridade do crédito também é dada para os agricultores familiares e os médios produtores.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu o indicador Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE, na sigla em inglês) para comparar o apoio à agricultura decorrente da política agrícola. No Brasil, o PSE, como proporção da receita bruta da agropecuária, caiu sistematicamente desde a década de 2000, baixando para apenas 1,35% em 2020 (Figura 4).

Tomando-se a média do triênio 2018-2020, os resultados do PSE falam por si: 56,5% na Noruega; 41,1% no Japão; 19,5% na União Europeia; 12,5% na China; 12,0% nos EUA; 2,5% na Austrália; 1,5% no Brasil; e, como o país que menos apoia a agricultura, consta a Nova Zelândia, com 0,7%.

A Argentina é o maior exemplo de políticas discriminatórias contra os interesses da agricultura. No período 2018-2020, o PSE foi negativo em 24,4%, caracterizando uma forte penalização da receita dos produtores rurais.

A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA É EFICIENTE E MUITO BARATA[4]

Os gastos do governo federal com política agrícola podem ser consolidados a partir do Boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)[5]. Os valores são apurados segundo o conceito de pagamento efetivo, que corresponde ao saque efetuado na Conta Única da União. São os chamados subsídios explícitos ou financeiros. O conceito de caixa difere, portanto, dos valores programados no Orçamento Geral da União (OGU). Para efeito de análise, os valores foram agrupados em cinco instrumentos: (i) crédito rural; (ii) renegociação e alongamento de dívidas; (iii) gestão de risco; (iv) apoio a preços; e (v) políticas de suporte setoriais[6].

Nos 21 anos do período analisado (2001-2021), os gastos totais, em termos reais, com política agrícola oscilaram moderadamente em torno da média geral de R$ 8,7 bilhões por ano, entre o mínimo de R$ 7,8 bilhões na média de 2006-2010 e o máximo de R$ 9,9 bilhões no quinquênio 2011-2015 (Tabela 1).

Os programas de alongamento das dívidas rurais representaram a maior parcela dos gastos na média anual de 2001-2005, com R$ 4,35 bilhões (52,5% do total), registrando uma queda expressiva nos intervalos subsequentes. Em contraposição, a equalização das taxas de juros dos programas de crédito rural passou a liderar os dispêndios com os instrumentos de política agrícola.

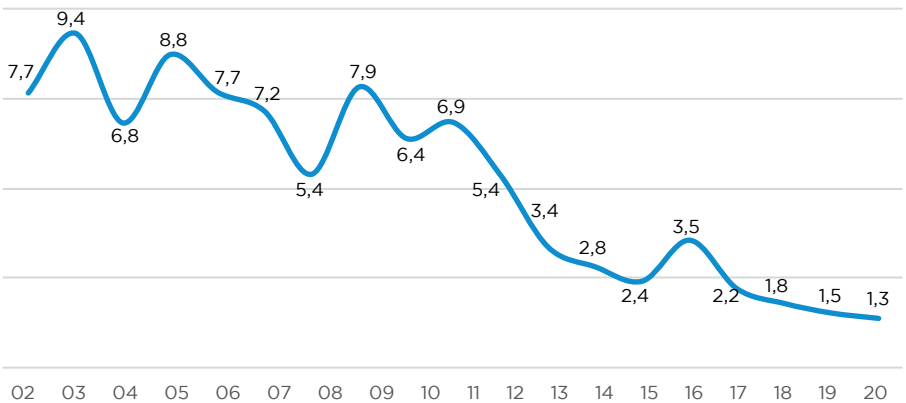
O apoio à gestão de risco da agropecuária dá-se por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro, de 1973), gerenciado pelo BCB, e do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR, de 2004). O Proagro é uma conta em aberto, ou seja, o governo federal arca com o eventual déficit entre a receita e as indenizações pagas pelos sinistros. Em contraposição, o PSR integra o orçamento anual do MAPA. E os gastos com a gestão de risco rural ganharam relevância após a criação do PSR.

A política de apoio a preços tem por objetivos garantir uma renda adequada aos produtores e preços acessíveis de alimentos aos consumidores e complementar o abastecimento em regiões onde o consumo supera a disponibilidade de matérias-primas agropecuárias.

Para analisar a situação recente, o detalhamento dos gastos federais com política agrícola em 2021 (Tabela 2) permite inferir que:

- a equalização das taxas de juros aplicadas ao investimento e o crédito para a agricultura familiar são os principais itens das despesas de crédito rural, que, no total, representaram R$ 5,9 bilhões, ou 62,0% dos gastos totais de R$ 9,5 bilhões;
- os gastos com alongamento de dívidas estão em forte declínio, por conta do encerramento do prazo e da gradativa liquidação dos contratos;
- os gastos com gestão de risco foram ampliados pelo grande valor das indenizações do Proagro (R$ 1,7

FIGURA 4 – BRASIL: PSE NO PERÍODO 2002-2020
(% DA RECEITA BRUTA DOS PRODUTORES)



Fonte: OCDE

bilhão) e o recorde aplicado no PSR (cerca de R$ 1,2 bilhão); e

- o apoio a preços, que chegou a alcançar R$ 3,0 bilhões na média do período 2006-2010 (Tabela 1), gerou uma receita para o Tesouro Nacional de R$ 4 milhões.

No período recente, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) praticamente entrou em desuso, por dois motivos principais. Primeiro, a melhoria na infraestrutura: os portos do chamado Arco Norte representaram cerca de 48% da exportação de milho e 32% da soja em 2021. Segundo, os elevados preços dos produtos agropecuários nos mercados externo e interno. A PGPM foi historicamente a principal atividade operacional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As despesas de pessoal e encargos da empresa foram da ordem de R$ 900 milhões em 2020. A Conab atua em parceria com outros órgãos de governo na distribuição de cestas básicas e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da agricultura familiar, que movimentaram, respectivamente, R$ 244 milhões e R$ 224 milhões em 2020[7].

TABELA 1 – BRASIL: GASTOS DO GOVERNO FEDERAL POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÍCOLA NA MÉDIA DOS PERÍODOS 2001-2005 A 2016-2021

INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÍCOLA	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2021
	R$ bilhões por ano em valores reais*			
Crédito rural	2,90	2,51	7,00	6,47
Alongamento de dívidas	4,35	1,57	1,09	0,80
Gestão de risco	0,36	0,62	1,10	1,51
Apoio a preços	0,68	3,05	0,63	0,03
Políticas setoriais	0,00	0,05	0,12	0,10
TOTAL	8,29	7,81	9,94	8,91
	Participação no total (%)			
Crédito rural	35,0	32,2	70,4	72,6
Alongamento de dívidas	52,5	20,0	10,9	9,0
Gestão de risco	4,4	8,0	11,0	16,9
Apoio a preços	8,2	39,1	6,4	0,4
Políticas setoriais	0,0	0,7	1,2	1,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

*Valores corrigidos para 2018 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE)
Fonte: STN; SPA/MAPA

TABELA 2 – BRASIL: GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM POLÍTICA AGRÍCOLA EM 2021

INSTRUMENTO DE POLÍTICA AGRÍCOLA	2021 (R$ milhões)	Participação (%)
Crédito rural	5.875	62,0
Equalização de custeio agropecuário	821	8,7
Equalização de investimento rural e agroindustrial	2.339	24,7
Equalização de empréstimo do governo federal	9	0,1
Equalização do Pronaf*	2.706	28,6
Alongamento de dívidas	712	7,5
PESA**	712	7,5
Securitização da dívida agrícola	-	0,0
Gestão de risco	2.886	30,4
PSR***	1.181	12,5
Proagro	1.705	18,0
Apoio a preços	-4	0,0
Equalização de aquisições do governo federal	-4	0,0
Garantia à sustentação de preços	-	0,0
Políticas setoriais	9	0,1
Álcool	-	0,0
Cacau	-	0,0
Funcafé****	9	0,1
TOTAL	9.478	100,0

*Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; **Programa Especial de Saneamento de Ativos; ***Dados do Atlas do Seguro Rural do MAPA; ****Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Fonte: STN; SPA/MAPA

O custo total foi de R$ 9,5 bilhões para atender 5 milhões de estabelecimentos rurais no País. A título de comparação: o programa Bolsa Família mobilizou R$ 32 bilhões em 2019 (portanto, antes da pandemia); o orçamento do programa Auxílio Brasil para 2022 é de R$ 90 bilhões; e os gastos com política agrícola corresponderam a apenas 0,84% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária em 2021, de R$ 1,13 trilhão.

DIRETRIZES DE POLÍTICA AGRÍCOLA PARA UMA SAFRA RECORDE EM 2022/23

Em 2022, a formulação da política agrícola para a safra 2022/23 ocorrerá em um ambiente de mudanças profundas, decorrentes dos seguintes fatores:

- os reflexos da pandemia iniciada em 2020 sobre o emprego e a renda e

sobre os programas de apoio para a redução da insegurança alimentar das famílias no Brasil e no mundo;

- o virtual choque de demanda com o aumento da liquidez mundial e a desorganização das cadeias globais de suprimentos (de matérias-primas a *chips*);

- a elevação das taxas de juros pelos Bancos Centrais dos principais países, tendo o Brasil saído na frente com a elevação da taxa básica de juros (Selic) de 2,00%, no início de 2021, para 12,75%, em maio último;

- o novo choque de preços das *commodities* (alimentares, minerais e energéticas) e os problemas derivados do abastecimento de insumos (especialmente os fertilizantes), resultado da invasão da Ucrânia pela Rússia;

- os problemas climáticos que afetaram a safra de grãos da região Sul do Brasil, tendo a produtividade caído cerca de 20% e a produção diminuído 14 milhões de toneladas em relação à colheita de 2020/21;

- o aumento em torno de 50% da necessidade de capital de giro para o custeio da produção agropecuária, em função da elevação dos custos de produção; e

- os desafios da política econômica, do crescimento reduzido e da perda de poder de compra das famílias, além do clima político em função das eleições de 2022.

Nesse contexto, é fundamental viabilizar a expansão da área plantada para que o Brasil possa colher uma **safra superior a 300 milhões de toneladas em 2023** e, assim, contribuir para a regularização do quadro de oferta mundial e a consequente queda dos preços dos alimentos. A demanda por alimentos produzidos no Brasil é enorme. E cabe ao País um papel central na redução do quadro de insegurança alimentar global. O Brasil não pode dar as costas para o mundo.

> *"Há casos em que a economia está em crise e o mercado está saturado, mas, quando os fatores do ambiente externo são favoráveis e a empresa permanece em níveis estagnados, isso é um sinal de falha administrativa e curta visão no planejamento estratégico da empresa" (Theodore Levitt, autor de "Miopia em Marketing").*

Nessa perspectiva, os formuladores da política, especialmente no Executivo, no Congresso Nacional e nas entidades do setor privado, devem considerar o seguinte:

- O governo federal não pode fazer ajuste fiscal em cima da agricultura.



SHUTTERSTOCK

Esta já está "ajustada", pois os gastos com política agrícola são pequenos. Ou seja, o Governo deve atuar no controle de gastos desnecessários e garantir os recursos necessários para política agrícola na safra 2022/23. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estima uma necessidade de recursos orçamentários para a equalização de R$ 21,8 bilhões.

- Deve-se manter o direcionamento dos recursos para aplicação no crédito rural nas suas principais fontes, como os depósitos à vista, poupança, Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), Fundos Constitucionais e outros. Em que pesem os impactos sobre a política monetária e a taxa de juros para outros segmentos tomadores de crédito, as exigibilidades dos depósitos à vista (Manual de Crédito Rural – MCR 6-2), da poupança rural (MCR 6-4) e da LCA (MCR 6-8) devem ser elevadas para aumentar a oferta de crédito rural.

- A prioridade do crédito para a agricultura familiar (Pronaf) e os médios produtores (Pronamp) deve ser mantida, e o crédito para comercialização deve ser estimulado, inclusive por meio do Certificado de Depósito Agropecuário e do Warrant Agropecuário (CDA/WA).

- A elevação da taxa de juros no Plano Safra 2022/2023 deve ser moderada e ser definida em linha com a expectativa de inflação até junho de 2023.

- Os recursos alocados ao PSR devem ser de R$ 2 bilhões em 2023 e ser determinandos como recursos obrigatórios no orçamento do MAPA. Assim, tais recursos não poderão sofrer contingenciamentos em sua execução.

- A PGPM deve ser integrada aos mecanismos de gestão de risco de preços, com os contratos futuros e de opções negociados nos mercados organizados de bolsa e de balcão, eliminando de vez a intervenção física governamental nos mercados agropecuários.

- O sistema privado de financiamento da agricultura – iniciado com a Cédula de Produto Rural (CPR) em 1994 e ampliado com a Lei nº 11.076, que criou os títulos do agronegócio, em 2004 – deve ser estimulado, assim como outras fontes de financiamento (como as *fintechs*). Desta forma, serão ampliadas as pontes entre o setor e os mercados financeiro e de capitais, no Brasil e no exterior.

ERROS CLÁSSICOS A SEREM EVITADOS

A história da agricultura brasileira mostra erros clássicos de política econômica que precisam ser evitados a todo custo. Não há como retroceder ao passado, devendo-se evitar erros como os seguintes:

- Tributar a exportação (em outras palavras, "revogar" a Lei Kandir);

- Impor controles quantitativos ou aplicar restrições à exportação;

- Controlar preços da economia, de qualquer produto ou serviço;

- Fechar a economia e impor barreiras à importação;

- Não priorizar a política para o acesso a mais mercados no exterior;

- Tributar os títulos do agronegócio.

O agronegócio brasileiro é gigante e global, mas tem as suas raízes fincadas no interior. As novas tecnologias (biotecnologia, comunicação, tecnologia da informação, entre outras) abrirão novas formas para o aumento global da produtividade no setor. A capacidade empreendedora dos produtores rurais é inconteste. A política agrícola brasileira precisa superar o estresse do momento presente e continuar focada na construção do futuro. ■

1 WEDEKIN, I. (org.). *Alysson Paolinelli* – O Visionário da Agricultura Tropical. Metalivros (2021). Disponível em: https://www.redepaolinelli.com.br/wp-content/uploads/2021/09/ALYSSON-PAOLINELLI-o-visionario-da-agricultura-tropical.pdf

2 GASQUES, J. G. *et al. Produtividade Total dos Fatores* – Brasil e Países Selecionados. Mimeo., texto fornecido pelo autor (2021)

3 Relação calculada com base na exportação do agronegócio apurada pelo MAPA (disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/estatisticas-de-comercio-exterior), convertida em reais pela taxa média de câmbio do ano, e no PIB do agronegócio segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP) (disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx)

4 Para maiores detalhes sobre os gastos do governo federal com a política agrícola, *vide*: WEDEKIN, I. Desafios da política agrícola brasileira. *Revista de Política Agrícola*. Ano XXXI, nº 1, jan/fev/mar. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola/2022-1/revista-de-politica-agricola-no-1-2022.pdf/view

5 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Boletim Resultado do Tesouro Nacional*. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2021/12

6 Cf. WEDEKIN, I. *et al. Política Agrícola no Brasil* – O agronegócio na perspectiva global. São Paulo: WDK Agronegócio (2019)

7 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Relatório de Gestão* – Exercício 2020. Disponível em: https://www.conab.gov.br/auditorias/relatorio-de-gestao

Nota: este artigo também está publicado no portal Agrolink (www.agrolink.com.br)

* Diretor da Wedekin Consultores e ex-secretário da Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA) – ivan@wedekin.com.br

** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas – rrceres@hotmail.com

A ENVERGADURA DO CRÉDITO RURAL

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

O valor do crédito rural depende da capacidade de harmonização entre fontes de recursos, taxas de juros, programas, subvenção governamental e orientação dos recursos para diversos tamanhos de produtores. Neste ano de forte restrição fiscal, deve-se debater readequações anticíclicas permitidas na nossa política de crédito, entre as quais o aumento das exigibilidades dos depósitos à vista, da poupança rural e das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Esse aumento da exigibilidade, ou seja, do capital que os bancos têm de aplicar no setor rural, pode ser a melhor solução para ampliar os recursos disponíveis ao crédito rural.

COMO TODOS sabem, o crédito rural é um dos principais instrumentos de política agrícola no Brasil em termos de segurança alimentar, estabilidade de renda, difusão tecnológica, entre outros.

A organização de diversos beneficiários, modalidades, programas, fontes de recursos e dispositivos regulamentares evidencia a engenhosa rede que sustenta o crédito rural brasileiro, construída ao longo dos anos por centenas ou milhares de mãos.

A queda das taxas de juros entre 2018 e o início de 2021, além do aprimoramento regulatório dos títulos de crédito do agro (Cédula de Produto Rural – CPR – e – Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA), da criação dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e da atuação das infraestruturas de mercado capitaneadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mostrou que os recursos privados podem cumprir um papel importante no financiamento do agronegócio, o que poderia deslocar ainda mais o foco do crédito rural oficial para os pequenos e os médios produtores.

Por enquanto, dada a persistente inflação e, consequentemente, a elevação da taxa Selic, os recursos oriundos do mercado de capitais direcionados para o agro têm sofrido concorrência de títulos públicos, fundos de renda fixa e títulos privados do mercado bancário.



SHUTTERSTOCK

Não se trata de uma falta de recursos do mercado de capitais para o agro, mas taxas de juros elevadas aumentam os custos de produção e reduzem a rentabilidade, o que deprime a demanda por crédito privado. Para qualquer setor produtivo, tomar crédito com os juros da economia em 2% é menos arriscado do que com juros acima de 12%.

Neste artigo, em meio às discussões para a definição do novo Plano Safra, procuro apresentar a dimensão histórica e a envergadura do programa de crédito rural brasileiro.

TAXAS DE JUROS LIVRES

O novo Plano Safra, de 2022/23, está sendo desenhado em meio a restrição fiscal, altas taxas de inflação, alta taxa Selic e ambiente eleitoral.

A restrição fiscal pode influenciar o volume de subvenção/equalização das taxas de juros, o que deve impactar a oferta das respectivas linhas. Para piorar, as altas taxas de juros consomem mais rapidamente o volume de recursos para subvenção/equalização.

Os recursos livres continuarão a ser representativos, mas o tomador (produtor) deve ficar atento para que o seu empreendimento comporte o aumento dos juros. Neste momento, é muito importante calcular os custos de produção e, sobretudo, não deixar de considerar os juros.

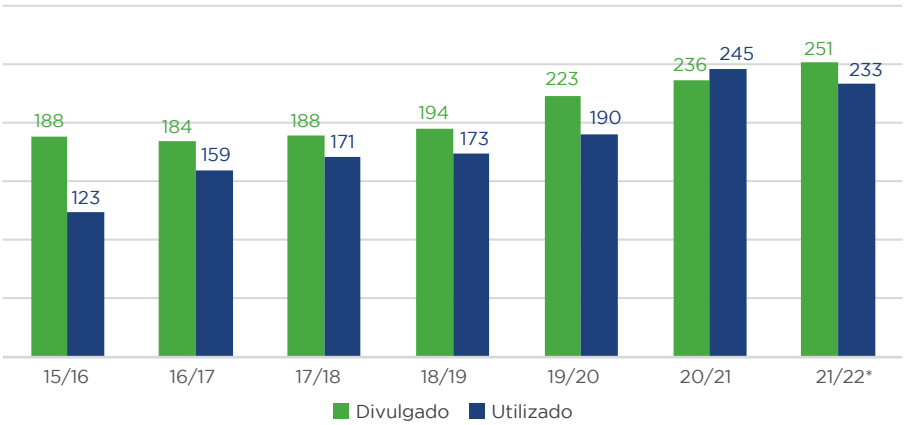
Como os movimentos econômicos são cíclicos, espera-se que, em algum momento no futuro, a economia brasileira se equilibre e as taxas de juros retornem ao patamar mais sensato para os agentes produtivos, o que aumentará a demanda por crédito privado, levando o crédito rural para outra dimensão de gerador de renda aos produtores menos favorecidos.

DIVULGAÇÃO DO PLANO SAFRA X RECURSOS UTILIZADOS

A divulgação do Plano Safra pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que ocorre, geralmente, entre junho e julho, é sempre muito aguardada pelos produtores e pelos agentes financeiros, pois, além de determinar o volume de recursos, traz o total de equalização/subsídio e as taxas de juros dos diversos empreendimentos envolvidos no Plano.

O Gráfico 1 exibe a quantidade de recursos anunciada pelo Governo e o quanto foi realmente utilizado pelos produtores. Nas últimas seis safras, o crédito foi utilizado em uma quantidade maior do que o valor divulgado somente em 2020/21. Quanto à safra corrente (2021/22), ainda não se pode analisar, porque faltam dois meses (maio e junho) para fechar o ano agrícola.

GRÁFICO 1 – CRÉDITO RURAL TOTAL: DIVULGADO X UTILIZADO
(R$ BILHÕES)



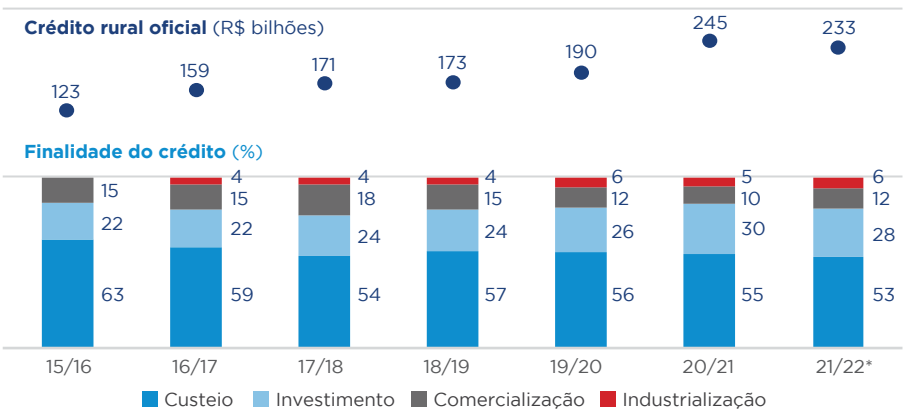
*Até abril de 2022
Fonte: BCB; PAP (2015/2016 a 2021/2022)

DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITO RURAL POR FINALIDADE

Pode-se observar a utilização do crédito rural por finalidade no Gráfico 2. Embora o crédito tenha se elevado nos últimos anos, a participação relativa do custeio reduziu-se e, por sua vez, a dos investimentos cresceu.

Nota-se um aumento continuado do crédito de industrialização desde a sua criação. A redução relativa do crédito de comercialização explica-se pela magnitude dos preços das *commodities*, que não têm sensibilizado o acionamento dessa linha.

GRÁFICO 2 – CRÉDITO RURAL TOTAL: PARTICIPAÇÃO POR FINALIDADE DE CRÉDITO



*Até abril de 2022
Fonte: BCB

FONTES DE RECURSOS

Foram identificadas dezenove fontes de recursos que financiam o crédito rural. No Gráfico 3, podem ser observadas as fontes que mais se destacaram e a comparação entre a safra atual (ainda em curso) e a anterior. As seis principais fontes de recursos são responsáveis por 84% do total.

Chama a atenção a redução do valor nominal financiado pelo BNDES Finame equalizável.

Analisando a história recente do crédito rural pela ótica das fontes de recursos

(Gráfico 4), observa-se uma redução representativa da participação dos recursos obrigatórios.

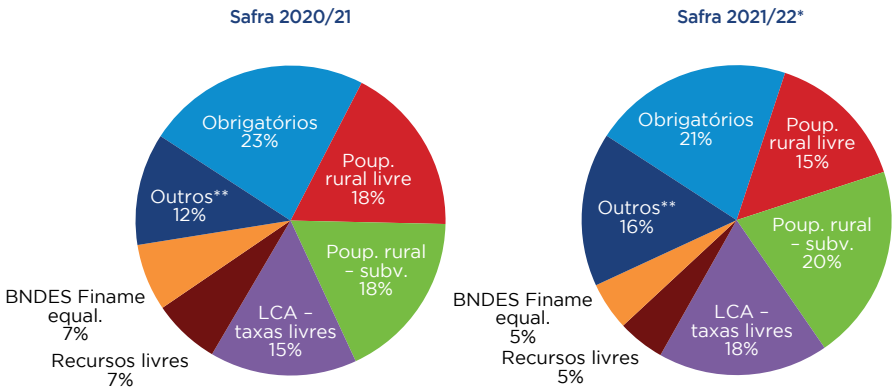
Outro ponto que chama a atenção é o crescimento das linhas de recursos livres, da LCA e da poupança rural livre, que vêm se tornando importantes fontes de financiamento.

O recurso obrigatório origina-se de 25% (safra 2021/22) dos depósitos à vista, com base na média aritmética diária do ano anterior. Estão sujeitos ao recolhimento dessa exigibilidade os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal.

Observe, no Gráfico 5, que a participação relativa das exigibilidades de depósitos à vista e da poupança rural vem perdendo importância desde a safra 2015/16, o que pode ser explicado pelo crescimento de fontes privadas de recursos.

Até a safra 2017/18, o percentual dos depósitos à vista era de 34%. Entre as safras 2018/19 e 2019/20, o percentual caiu para 30%; na safra 2020/21, caiu novamente, para 28%, enquanto, na safra vigente, o percentual está em 25%.

GRÁFICO 3 – FONTES DE RECURSOS

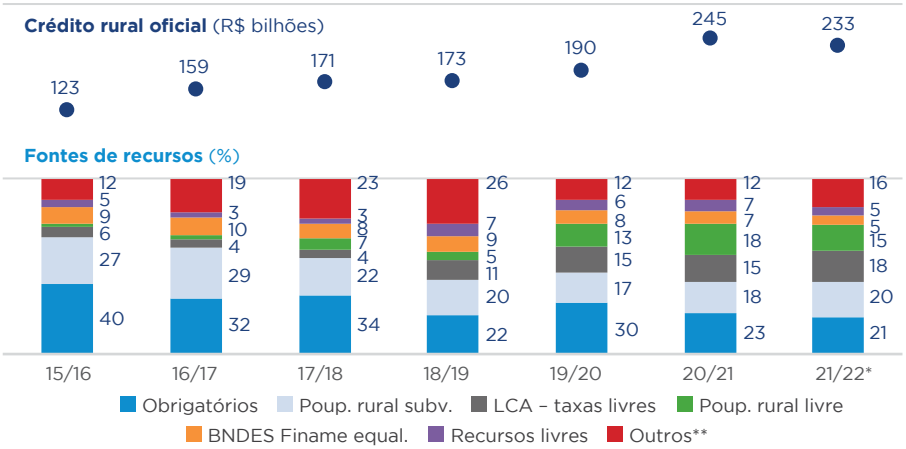


*Até abril de 2022
**Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte (FNE, FCO e FNO); Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); recursos livres equalizáveis; Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD); BNDES livre; captação externa; Fundo de Reforma Agrária; Tesouro Nacional; governos estaduais e municipais; exigibilidade adicional dos recursos à vista
Fonte: BCB



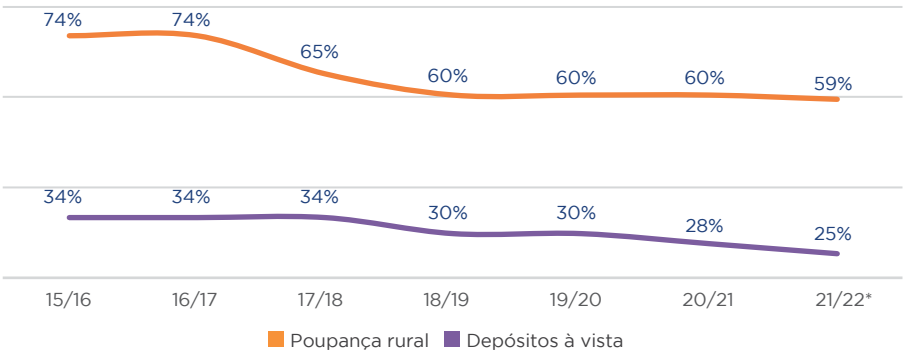
SHUTTERSTOCK

GRÁFICO 4 – HISTÓRICO RECENTE DAS FONTES DE RECURSOS



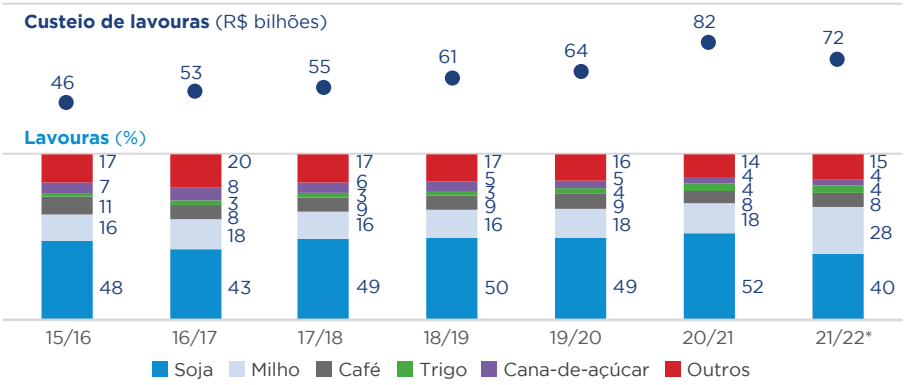
*Até abril de 2022; **FNE, FCO e FNO; Funcafé; recursos livres equalizáveis; IHCD; BNDES livre; captação externa; Fundo de Reforma Agrária; Tesouro Nacional etc.
Fonte: BCB

GRÁFICO 5 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS EXIGIBILIDADES DOS RECURSOS CONTROLADOS POR ANO-SAFRA



*Até abril de 2022
Fonte: BCB

GRÁFICO 6 – CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO POR LAVOURA



*Até abril de 2022
Fonte: BCB

O percentual obrigatório da poupança rural para aplicação no crédito rural estava em 65% antes da safra 2015/16, passou para 74% nos dois anos-safra seguintes, retornando a 65% em 2017/18, diminuindo para 60% até a safra 2020/21 e chegando a 59% na safra vigente.

PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DO CRÉDITO RURAL

Na safra 2021/22, há 49 programas e/ou subprogramas, o que mostra a abrangência do crédito rural. Representando um total de R$ 232,9 bilhões aplicados até abril último, muitos dos programas são desconhecidos e alcançam segmentos de pequenos produtores, vários deles em áreas de escassa infraestrutura e serviços.

As linhas de custeio, comercialização, investimento e industrialização, ou seja, sem programa e subprograma específico – como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) etc. –, representam 65% do total de recursos aplicados (R$ 151,1 bilhões).

CUSTEIO DE LAVOURAS

O Gráfico 6 exibe o total de crédito de custeio de lavouras e a participação percentual das principais lavouras. Note que quase 70% do total utilizado representa financiamento para soja e milho, seguidos por café, trigo e cana-de-açúcar. ■

*Consultor financeiro no agronegócio especializado em derivativos e crédito, membro do Conselho de Administração da Sombrero Seguros e professor dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Como toda ferramenta de gestão, o instituto jurídico da recuperação judicial precisa ser compreendido nas suas potencialidades, alcance e riscos, principalmente quando se trata de negócios no campo. Longe de esgotar a temática, este artigo visa iniciar as discussões em torno do tema sob a perspectiva daqueles que têm o desafio de realizar no dia a dia e na prática a boa gestão dos negócios no campo.

INSPIRADA NA regulação norte-americana do *chapter* 11 da Lei de Falências desse país – que fora editada em 1978 –, a chamada "recuperação judicial de empresas" foi introduzida no Brasil pela Lei nº 11.101/05.

De lá para cá, sobraram dúvidas e discussões em torno do tema, que foram sendo dirimidas, muitas das vezes, pelos tribunais País afora, sendo a principal delas, no nosso campo de estudos, se o instituto jurídico em questão se aplicaria ou não ao produtor rural pessoa física (aquele que atua na produção rural por meio do Cadastro de Pessoa Física – CPF).

Esse cenário – de dúvidas e discussões em torno da aplicação do instituto aos produtores rurais pessoas físicas (PFs) – perdurou até o final de 2020, quando, finalmente, a Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de tal ano, acabou por disciplinar a questão, passando a valer expressamente a partir do ano passado para o produtor rural PF, em adição ao produtor rural pessoa jurídica (PJ), que já estava autorizado a pleitear tal "favor legal" para eventual equalização e/ou renegociação de dívidas via ação judicial própria.

PERSONAS

Agora, já não há mais qualquer dúvida acerca da possibilidade de o produtor rural PF apresentar-se em juízo para requerer a aplicação do instituto da recuperação judicial em situações extremas em que ele venha a necessitar de amparo jurídico e judicial para a renegociação e a equalização de alguns dos passivos derivados dos seus negócios no campo.

Ademais, como já frisamos, as empresas agropecuárias ou agroindústrias, que operam por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, produtores rurais ou agroindustriais PJs, já podiam fazê-lo desde a edição da legislação de 2005.

Assim, no âmbito do agronegócio, tanto PFs quanto PJs que realizem negócios em toda a cadeia do agronegócio, inclusive produção agropecuária propriamente dita (fase que se denomina "dentro da porteira"), podem vir a requerer a aplicação da legislação em questão a seus negócios e propor recuperação judicial para equalização de eventuais passivos e/ou dívidas de qualquer natureza, mormente dívidas financeiras e/ou outros débitos para com credores diversos derivados da condução dos negócios no campo.

DÍVIDAS ABRANGIDAS

Na forma da legislação de recuperação judicial, quaisquer dívidas contraídas pelos produtores rurais mediante seus CPFs ou CNPJs, em tese, são passíveis de renegociação e/ou equalização por meio dos pedidos de recuperação judicial a serem aviados por esses produtores via advogados, especialmente constituídos para tal finalidade, e diante de uma situação de crise empresarial que enseje o pedido de recuperação.

No caso específico do produtor rural, estarão sujeitas à recuperação judicial as dívidas exclusivamente decorrentes da atividade rural e devidamente comprovadas no livro-caixa da atividade rural e/ou na escrituração contábil da PJ.

Além disso, outras dívidas, como as de natureza trabalhista, bem como as de natureza fiscal, por exemplo, podem ser incluídas no pedido recuperacional a ser ajuizado, sendo certo que há limitação do valor total das dívidas e, até mesmo, em torno da natureza das dívidas a

serem abrangidas pelo pedido, seguindo um regime próprio, estabelecido, hoje, pelas alterações da Lei nº 14.112/20.

Assim, segundo a legislação, existem muitas situações e exceções a ser tratadas. Por exemplo, para o produtor rural, as dívidas contraídas com a finalidade de aquisição de propriedades rurais, bem como as suas respectivas garantias, desde que tenham sido originadas nos três últimos anos anteriores ao pedido de recuperação judicial, não poderão ser incluídas no processo de renegociação de dívidas.

É o mesmo caso das dívidas oriundas de repasse de recursos oficiais (controlados) do crédito rural (parágrafo 7º do artigo 49 da Lei), que não poderão ser abrangidas no pedido de recuperação judicial, a não ser em situações de vencimento sem renegociação (parágrafo 8º do artigo 49 da Lei).

Já as dívidas oriundas de emissões de Cédulas de Produto Rural (CPRs) com liquidação física pelo produtor rural PF ou PJ não se sujeitarão à recuperação judicial em casos de antecipação parcial ou total de pagamento e quando derivarem de operações de troca (*barter*), salvo motivo de força maior ou caso fortuito que impeça a entrega parcial ou total do produto objeto da CPR (art. 4º da Lei).

Observe que o quadro, mais abaixo, resume as dívidas que podem ser objeto de inclusão ou não em pedido recuperacional por parte do produtor rural PF ou PJ decorrentes exclusivamente de suas atividades de produção rural.

Desta forma, a partir de uma simples análise do quadro-resumo apresentado, concluímos que uma grande parte das dívidas dos produtores rurais – como, por exemplo, as principais dívidas decorrentes da obtenção de financiamentos (descontos de CPRs e, até mesmo, repasse de linhas oficiais), bem como aquelas derivadas das operações de troca (*barter*) para aquisição de insumos – não poderia ser renegociada e/ou equalizada a partir de um pedido recuperacional, a não ser em situações especialíssimas previstas na norma, derivadas de caso fortuito ou força maior, que redundem em situações de frustração de safra, queda vertiginosa de preços de produtos por causas externas etc. para o produtor rural. E tais cenários dão-se em situações especialíssimas e que precisam ser analisadas caso a caso.

Ocorre que essas dívidas, na prática, representam para o produtor rural, tanto PF, quanto PJ, a maior parte do seu endividamento. Por isso, a previsão legal da sua exclusão de processos de recuperação judicial pode inviabilizar a utilização da alternativa para um produtor rural que se veja em uma situação atípica de endividamento descontrolado e, até mesmo, que seja apanhado por circunstâncias atípicas como as que mencionamos até aqui.

Por outro lado, a renegociação por meio de um processo como esse, apenas de classes especiais de dívidas do produtor, como as dívidas trabalhistas e com fornecedores – passíveis de inclusão no processo recuperacional nas condições de um plano a ser apresentado aos credores para devida aprovação em assembleia –, pode redundar, para o produtor, em uma situação futura de escassez de mão de obra e fornecimento de insumos, maquinários e outros serviços vitais para a continuidade dos seus negócios. E isso se agrava com um pedido recuperacional conduzido sem a devida negociação com credores, transparência e planejamento, indicando a necessidade absoluta de sopesamento da decisão de utilização da ferramenta, inclusive para uma eventual equalização de passivos derivados dessas rubricas quando e se aplicável for.

Enfim, como temos visto, muitos são os desafios de gestão do produtor rural, porém, com informação, orientação, gestão e clareza na tomada de decisão, acreditamos firmemente que esses desafios podem ser superados, mesmo em casos extremos de endividamento descontrolado por fatores estruturais da economia – aumentos de taxas básicas de juros como estamos vivendo, por exemplo – ou mesmo em função de fatores sazonais, climáticos, riscos naturais, fatores de política internacional etc. ■

DÍVIDAS INCLUÍDAS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DÍVIDA	Produtor rural	
Natureza/origem do débito para fins de pedido de recuperação judicial	**Empresa agropecuária**	**Pessoa física**
1. Financiamentos: crédito rural (recursos controlados), descontos de CPRs, *barter* (operações de troca), linhas de crédito para aquisição de propriedades contratadas nos últimos três anos e garantias	NÃO	NÃO
2. Fornecedores: de insumos, serviços e outros bens de capital essenciais ou não às atividades do produtor	SIM	SIM
3. Trabalhistas: salários de funcionários e outras verbas de natureza trabalhista	SIM	SIM
4. Fiscais: tributos de natureza diversa cobrados nos três níveis da Federação (União, estados e municípios)	SIM, porém em condições especiais de parcelamento definidas na lei	SIM, porém em condições especiais de parcelamento definidas na lei
5. Diversas: outras dívidas e/ou créditos decorrentes das atividades do produtor*	SIM, com exceções	SIM, com exceções

*Tais como, por exemplo, derivadas de contratos e obrigações decorrentes dos atos cooperativos praticados pelas sociedades cooperativas com seus cooperados (parágrafo 13 do art. 6º da Lei nº 11.101/05, inserido pela Lei nº 14.112/20)

* Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

A PESQUISA PÚBLICA E UMA VISÃO DE FUTURO DO AGRO

CELSO LUIZ MORETTI
Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

PARA COMEMORAR o seu aniversário de 49 anos, celebrado em 27 de abril último, a Embrapa disponibilizou à sociedade a plataforma Visão de Futuro do Agro Brasileiro. Nela, podem ser encontradas informações para subsidiar diversos dirigentes, lideranças e autoridades públicos e privados na tomada de decisão e no planejamento estratégico do agro.

Essa versão, disponível em embrapa.br/visao-de-futuro, resulta de um trabalho desenvolvido ao longo de vários meses, com a contribuição de mais de trezentos especialistas e lideranças internos e externos à instituição, incluindo discussões articuladas em 37 eventos, onde foram analisados 126 documentos sobre o futuro.

O estudo inicial é de 2014, quando foi lançada uma proposta para estimular a reflexão sobre o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira. As motivações eram aproveitar oportunidades, enfrentar desafios e minimizar riscos, de forma a elevar a competitividade e a sustentabilidade do setor.

O termo "agro", que se origina da forma latina *ager/agri* e significa "campo", é utilizado pela Embrapa de forma inclusiva, ou seja, abarcando tudo relacionado direta ou indiretamente ao rural, a saber:

- Diferentes elos das cadeias produtivas agropecuárias, florestais, aquícolas e extrativistas;

Essa amplitude demonstra uma perspectiva de multidimensionalidade do espaço rural, em que o mundo se verá imerso. O agro engloba, portanto, agropecuária, agroindústria, agricultura, agricultura de subsistência, insumos agrícolas, agroenergia, cadeias e sistemas agroalimentares, agronegócio, extrativismo, serviços ecossistêmicos, turismo rural, territorialidade rural, produção florestal, aquicultura e pesca, fibras e energia, e todos os termos relacionados.



SHUTTERSTOCK

- Aspectos de atividade econômica e de subsistência;
- Elos anteriores e posteriores à produção no campo.

AMPLO PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

Distribuído de maneira didática e com um visual atraente, o conteúdo disponibilizado na plataforma equivale a cerca de trezentas páginas físicas. Ali, constata-se que, neste início de terceira década do século XXI, os desafios do agro são intensos e diversos. Assim, torna-se imperativo investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação para o setor dar um novo salto produtivo com sustentabilidade social, ambiental e econômica.

A Embrapa e os seus parceiros já lideram o desenvolvimento de tecnologias e práticas "carbono neutro", concebidas para posicionar a agricultura e os alimentos do Brasil diante das métricas que definirão a produção e o consumo sustentáveis. Em 2019, foi lançada a Carne Carbono Neutro (CCN), e, em 2021, teve início o programa Soja de Baixo Carbono. Leite, café, algodão e bezerro de baixo carbono estão a caminho.

Ao longo das próximas duas décadas, o agro passará por um amplo processo de digitalização, com maiores intensificação tecnológica e concentração da produção. Haverá uma revolução nas Ciências e no desenvolvimento biotecnológico.

Esse cenário será permeado pela necessidade de adaptação à mudança do clima, com rápidas transformações no consumo. Ocorrerá uma crescente integração entre conhecimentos e tecnologias, com aprofundamento da governança e dos riscos no agro.

A pandemia de COVID-19 acelerou a transformação digital nos elos das cadeias de alimentos. Na produção, as ações concentram-se na capacitação de produtores e extensionistas, com o desafio de prover conectividade às regiões produtoras rurais. No consumo, diante da facilidade de acesso a produtos do agro por diferentes canais, o consumidor final ganha o poder de influenciar e ser influenciado pelas cadeias agroalimentares.

RECONCILIAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA

A sustentabilidade pode ser considerada como um processo de reconciliação dos sistemas humanos com os da natureza, em especial os da atmosfera, os recursos hídricos, os biomas e a diversidade de seres vivos que os povoam.

O Brasil seguirá tendo um papel fundamental no desenvolvimento de um modelo de agricultura tropical sustentável, e esse protagonismo fortalecerá o País como uma grande vitrine de produção agrícola, com desenvolvimento social e preservação ambiental.

Hoje, o País alimenta mais de 800 milhões de pessoas e preserva dois terços do território nacional. Ao mesmo tempo, vem amadurecendo a percepção sobre riscos sistêmicos para o setor e sobre a importância da geração de energia limpa e renovável.

Essa reconciliação passa, ainda, por questões de segurança nas fronteiras, movimentação de cargas e animais, além da utilização de animais silvestres na alimentação. Esses pontos têm despertado preocupação por dois motivos:

- Uma megabiodiversidade, em ampla região de fronteira, incluindo práticas alimentares e culturais tradicionais, muitas delas desconhecidas por cientistas, estudiosos e sanitaristas;
- Uma dinâmica de crescimento na interação de pessoas, animais e meio ambiente que, igualmente, amplia a preocupação com defesa sanitária e fortalece o conceito de saúde única.

ESTRATÉGIAS DIVERSAS E AMPLAS

Diante disso, o agro passa a ocupar novos espaços na sociedade, com atividades mais conectadas com as agendas de desenvolvimento, direitos humanos, paz e segurança, que são pilares das políticas discutidas em fóruns nacionais e globais.

O agro brasileiro colabora com as estratégias nacionais e globais de redução da pobreza e da fome, junto à preservação ambiental. Tudo isso amplia de forma coletiva a estabilidade política e o bem-estar social.

Esse alvissareiro futuro materializar-se-á à medida que a conexão do conhecimento com a inovação se intensificar. Para tanto, investimentos em ciência e tecnologia (C&T) agrícolas, desde a pesquisa básica até o escalonamento de tecnologias, devem ser sustentados ao longo do tempo. No futuro, a geração de inovações na bioeconomia será mandatória para as nações estarem no topo da produção da agricultura sustentável.

O objetivo não é, portanto, a sustentabilidade pela sustentabilidade, mas o compromisso deliberado de produzir mais e melhor, eficazmente, com o propósito de elevar a produção e a qualidade de alimentos, fibras e energia no Brasil e no mundo. Movidas por ambiciosos desafios públicos, a ciência e a tecnologia nacionais levarão o agro brasileiro a desfrutar de uma maior prosperidade a longo prazo. ■

ALÉM DE NEUTRA EM RELAÇÃO AO CLIMA, A AGRICULTURA PODE SER REGENERATIVA



ALESSANDRA FAJARDO
Relações Institucionais para a América Latina da Bayer Crop Science

A AGRICULTURA, embora possa reduzir ou tornar neutras as emissões de gases do efeito estufa (GEE), pode valer-se da capacidade do solo para sequestrá-los da atmosfera. Ao aumentar esse potencial, o setor contribuirá de forma positiva com os nossos ecossistemas. Os efeitos podem ser amplos, porque o desafio de carbono da agricultura está integrado a outros desafios, como saúde, resiliência, equidade econômica, biodiversidade, desertificação e muito mais.

Como não haverá uma única solução "fácil" para essa situação complexa, será necessário dispor de um conjunto completo de tecnologias e práticas conectadas. Teremos de conduzi-las e assegurar que estejam alinhadas com o nosso objetivo geral de transformação holística e positiva para a natureza.

AGRICULTURA REGENERATIVA FORNECE RESPOSTAS

Nas esferas políticas do agronegócio, há uma discussão crescente sobre a visão nova da agricultura regenerativa para alcançar resultados positivos progressivos nos campos de cultivo, pastagens e florestas do mundo. Essa pode ser, antes de tudo, uma orientação para buscarmos um nível de ambição além do princípio da neutralidade, com a responsabilidade de continuarmos melhorando e fazendo mais com menos.

Há questões em aberto quanto à definição e à inclusão dos produtos e das técnicas na agricultura regenerativa. O elemento-chave está no consenso de enxergar o solo como um ponto central. Se mantido de forma adequada, possui riqueza orgânica ao combinar partículas minerais com plantas, fungos, minhocas, micróbios e outras espécies. Isso lhe confere resistência estrutural e o mantém fragmentado, com infiltração do ar e da água. Nesse estado, pode cumprir as suas diversas funções de armazenamento de água e nutrientes, apoio à fotossíntese das plantas e armazenamento de carbono.

Fruto de uma natureza cíclica que favorece que as raízes de plantas saudáveis se rompam e lhe restaurem os nutrientes, a qualidade do solo pode melhorar a cada safra. Mas o inverso também pode ser verdade. Se não for bem mantido, haverá degradação ano após ano, com perda da biodiversidade.

A Universidade Wageningen, na Holanda, cita uma definição baseada na "melhoria do solo quanto à saúde, ao carbono, à qualidade física e à biodiversidade". Podemos dividir isso com base num conjunto de resultados correlatos, como:

- máxima cobertura do solo;
- mínima perturbação do solo para manutenção do carbono sequestrado;
- rotação de culturas para manter o solo coberto;
- manutenção da raiz viva durante todo o ano;
- máxima diversidade de culturas;
- integração inteligente da pecuária.

O QUE DIFERENCIA E POR QUE AGORA É A HORA CERTA?

Esforços para se alcançar uma agricultura sustentável estão em andamento há anos e deram origem a diferentes escolas de pensamento.

A chave da agricultura regenerativa concentra-se nos resultados relacionados com as práticas adotadas. Qualquer produto ou método agrícola pode ser incluído, desde que contribua para deixar saudáveis os solos, as plantas, os ecossistemas e as pessoas.

Essa é uma grande mudança na ambição e no direcionamento dos nossos esforços. E, dito de forma simples, não era possível antes. O sucesso de qualquer área depende de muitas variáveis: tipo de semente, produto e volume de proteção, cronograma das práticas agrícolas, dados e variações climáticas, pressão de pragas e doenças, entre outras. Do ponto de vista histórico, tem sido difícil comprovar de forma exata a causa de um determinado resultado no final da safra.

De qualquer forma, isso está mudando. A revolução digital chegou à agricultura, nos fornecendo uma grande quantidade de dados sobre os produtos e as práticas utilizadas pelos agricultores. Essas diferentes variáveis podem ser analisadas e resolvidas por soluções de inteligência artificial (IA). Assim, estamos conseguindo obter uma compreensão comprovada de como os métodos e os resultados estão ligados em diferentes culturas e campos de países.

Uma abordagem centrada nos resultados realmente funcionais mantém toda a tecnologia em jogo. Isso é importante para os agricultores, que já lidam com pressões das diferentes regulamentações de países e regiões.

Como solução flexível e centrada no agricultor, a proteção sintética de culturas pode desempenhar, na agricultura regenerativa, dois papéis importantes ao mesmo tempo: (i) usar dados que possam ser manejados de forma dirigida com o menor impacto possível; e (ii) maximizar o uso de tecnologias biológicas com menores pressões ambientais.

COMO PODEMOS VIABILIZAR O FUTURO

A agricultura regenerativa possui particular importância na América Latina, uma região com enormes áreas potenciais de terras para aumentar a adoção de tecnologia agrícola, a produção e a exportação global de alimentos. Ali, muitas empresas dos setores de alimentos e agricultura estão investindo em iniciativas para promover modelos regenerativos de agricultura.

Os modelos aplicados nessa região, dominada por pequenos produtores, precisam funcionar no plano real para aqueles que os implementam. Há de se reconhecer a diferença entre cada campo e fazenda.

Embora a melhoria da saúde do solo seja benéfica para todos, o modelo de implementação precisa incorporar benefícios específicos para os agricultores para:

- envolver o setor público, tornando mais fácil o acesso a inovações;
- prover acesso a soluções e mercados digitais;
- apoiar novas tecnologias e práticas com gerenciamento de longo prazo;
- possibilitar o aumento sustentável do rendimento e da lucratividade; e
- criar modelos novos de negócios.

Atualmente, apesar de serem remunerados pela quantidade que produzem, os agricultores fazem muito mais como administradores da terra ao cuidarem de saúde do solo, armazenamento e filtragem da água, melhoramento da biodiversidade, sequestro de carbono e apoio às comunidades. Quando reconhecemos e recompensamos esses resultados no longo prazo, podemos viabilizar uma verdadeira regeneração. ■

SHUTTERSTOCK



CAPACIDADES DO SOLO

- Armazenar e filtrar água;
- Limitar inundações;
- Sustentar variedades de culturas, plantas e vida selvagem;
- Proporcionar subsistência às comunidades de agricultores.



DIVULGAÇÃO INPEV

RECICLAGEM AVANÇA COM NOVAS TECNOLOGIAS

Em vinte anos de atividades, inovações contínuas do Sistema Campo Limpo aumentam a eficiência da destinação final, ampliando benefícios ao meio ambiente e gerando a autossustentabilidade da logística reversa.

O CAMINHO de sucesso trilhado ao longo de vinte anos pelo Sistema Campo Limpo – programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias e sobras pós-consumo de defensivos agrícolas – é acompanhado por melhorias constantes em processos e tecnologia. O desenvolvimento de novas formas de aproveitamento dos materiais aumenta a eficiência da destinação final, gerando uma redução de custos da operação e uma maior contribuição para o autofinanciamento do Sistema, além de um crescimento dos benefícios ambientais.

O pioneirismo do programa está presente em várias áreas de atuação, desde a integração dos elos da cadeia agrícola (agricultores, indústrias, canais de distribuição e poder público) e a concretização do conceito de economia circular até a busca por alternativas para a destinação final. "Os ganhos ambientais do Sistema são essenciais e alinhados aos esforços mundiais pela descarbonização necessária à sobrevivência do Planeta. A *expertise* que desenvolvemos permite entregar um serviço de excelência que se traduz em resultados expressivos. O Sistema destina corretamente 94% das embalagens plásticas primárias vendidas no País. Do total recebido pelo programa, a cada cem embalagens, 94 retornam ao processo por meio da reciclagem e seis são incineradas," afirma João Cesar Rando, diretor-presidente

> "OS GANHOS AMBIENTAIS DO SISTEMA SÃO ESSENCIAIS E ALINHADOS AOS ESFORÇOS MUNDIAIS PELA DESCARBONIZAÇÃO NECESSÁRIA À SOBREVIVÊNCIA DO PLANETA."
>
> JOÃO CESAR RANDO

do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), entidade gestora do Sistema.

Rando explica que as embalagens recebidas pelo Sistema originam novas embalagens de agroquímicos seguras e certificadas e outros artefatos aplicados em uma série de setores, como construção civil, energia e indústria automotiva. "Assim, colocamos em prática o conceito de economia circular desde o início da nossa operação, há vinte anos", ressalta o diretor-presidente do Instituto, que representa mais de 140 fabricantes de defensivos agrícolas e nove entidades representativas da indústria, de distribuidores e de agricultores.

Depois de fechar o ciclo das embalagens dentro do setor com a produção da Ecoplástica® e da Ecocap® – produtos reciclados fabricados com resina proveniente do programa de logística reversa e destinados ao envase de novos agroquímicos –, o Sistema Campo Limpo mantém o seu foco no aperfeiçoamento da destinação final.

"CONTINUAMOS FIRMES EM CUMPRIR O NOSSO COMPROMISSO DE DAR A DESTINAÇÃO SEGURA E ADEQUADA ÀS EMBALAGENS, CONTRIBUINDO COM A REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E A BUSCA PELA AUTOSSUSTENTABILIDADE DO SISTEMA."

ALEXANDER SANTOS

APLICANDO O PRINCÍPIO DOS TRÊS RS

Essa evolução inclui a adoção pelo Sistema de alternativas que apliquem o princípio dos três Rs – reduzir, reutilizar e reciclar –, buscando a prevenção, e a não geração de resíduos. Um exemplo disso é o desenvolvimento de formas de reutilização do Intermediate Bulk Container (IBC), um tipo de embalagem usado pela indústria para entregar grandes quantidades de produtos agroquímicos. São contêineres de 1 metro cúbico compostos de uma grade metálica que dá sustentação à parte plástica.

"Junto de um parceiro reciclador, desenvolvemos uma solução que permite reutilizar a parte metálica dessas embalagens que, antes, iam todas para incineração. Elas são desmontadas e a estrutura metálica, que não entra em contato com o produto, pode ser reaproveitada em um novo IBC, acoplada à nova parte plástica", explica Alexander Santos, gerente de Destinação Final e Desenvolvimento Tecnológico do inpEV.

Essa iniciativa tem sido colocada em prática desde 2016. "O próximo passo desse projeto é o desenvolvimento de um processo que permita reciclar também a parte plástica do IBC, conhecida como 'bolha' e que ainda é incinerada. Estamos trabalhando junto do parceiro e esperamos ter essa solução em breve", afirma o gerente.

O desenvolvimento de tecnologia ampliou, ainda, a possibilidade de reciclagem para as embalagens plásticas que não podem ser lavadas, especialmente as de produtos para tratamento de sementes, que, antes, tinham como único destino a incineração. Da mesma forma, embalagens que podem ser lavadas, mas que foram entregues ao Sistema sem a realização do procedimento adequado e que seriam incineradas, podem, hoje, ser recicladas para alguns usos específicos, aumentando a vida útil do material. "Desde 2019, deixamos de incinerar as embalagens que não foram lavadas pelo agricultor ou que não podem ser lavadas e passamos a reciclar esse material. Com essa mudança, o Sistema passou a reciclar 100% das embalagens plásticas rígidas", destaca Santos.

INTERMEDIATE BULK CONTAINER (IBC)



RECOBULK SCHÜTZ VASITEX

AGRO MAIS SUSTENTÁVEL

Essas iniciativas são ainda mais importantes em um momento em que países, setores produtivos e grandes empresas estão empenhados em ações de descarbonização. A necessidade de uma redução drástica da emissão de gás carbônico foi abordada, em dezembro último, na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), em Glasgow (Escócia), que teve a participação do inpEV para apresentar a contribuição e o exemplo do programa de logística reversa para a construção de uma agricultura cada vez mais sustentável.

O legado ambiental do programa de logística reversa, que, desde 2002, encaminhou para destinação correta mais de 650 mil toneladas de embalagens, é comprovado pelo Estudo de Ecoeficiência, realizado pela Fundação Espaço ECO. O levantamento mais recente indicou que o Sistema Campo Limpo evitou a emissão de 899 mil toneladas de CO_2 eq. para a atmosfera entre 2002 e 2021. Se o programa não existisse e essas emissões tivessem acontecido, seria necessário plantar 6,5 milhões de árvores para compensá-las.

Esses e outros números positivos resultam da concretização do conceito de economia circular, ampliando o tempo de vida dos materiais, especialmente o plástico, e reduzindo a extração de recursos naturais por meio da reciclagem.

O crescimento desses ganhos em ecoeficiência está diretamente ligado à continuidade de investimentos em destinação final. Uma das grandes metas do inpEV é encontrar mais alternativas à incineração dos materiais por meio de novas tecnologias, que permitam reciclar, por exemplo, 100% das

O RESULTADO DA TRANSFORMAÇÃO DO PLÁSTICO

Muito antes de o termo 'economia circular' se popularizar, o Sistema Campo Limpo concretizava esse conceito, desde o início da sua operação, em 2002. Como representante da indústria fabricante, o inpEV mantém parcerias com dez empresas recicladoras. Essas empresas recebem e reciclam as embalagens vazias respeitando os padrões preestabelecidos de segurança, qualidade e rastreabilidade, as normas dos órgãos ambientais e as exigências legais.

As resinas recicladas podem transformar-se em mais de trinta produtos, que passam por aprovação prévia do inpEV e, quase sempre, têm uso industrial:

- Artefatos para a construção civil, como dutos corrugados e tubos para esgoto;
- Artefatos para as indústrias automotiva e de transportes, como caixa para bateria, dormentes ferroviários e postes de sinalização;
- Artefatos para indústria energética, como cruzetas para postes;
- Moldes em papelão para proteção industrial e de móveis;
- Novas embalagens e tampas para defensivos agrícolas, a Ecoplástica® e a Ecocap®.

A inovadora Ecoplástica®, primeira embalagem no mundo a usar como matéria-prima o plástico reciclado de embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo, é fabricada pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. desde 2008. A iniciativa permitiu fechar o ciclo de gestão das embalagens de defensivos agrícolas na própria cadeia: as resinas plásticas recicladas dão origem a novas e modernas embalagens, com segurança e qualidade.

Em 2014, foi dado um novo passo para gerar valor nessa cadeia, com a criação da Campo Limpo Tampas e Resinas Plásticas Ltda., que complementa o portfólio da Campo Limpo Reciclagem e Transformação reciclando as tampas das embalagens vazias de defensivos agrícolas. A nova unidade é responsável pela produção de um sistema de vedação de alto desempenho, a Ecocap®, tampa produzida em polipropileno (PP) e polietileno (PEAD). Tanto a Ecoplástica® quanto a Ecocap® têm certificação UN (para transportes terrestre e marítimo de produtos perigosos) e seguem os mais altos padrões de qualidade, segurança e desempenho do mercado, sendo destinadas ao envase de defensivos agrícolas, óleos lubrificantes, fertilizantes foliares, além de outros produtos químicos.

São produtos que contribuem para promover a autossuficiência econômica do Sistema Campo Limpo e agregam valor às empresas que os utilizam por serem embalagens sustentáveis e de alta *performance* tecnológica.

embalagens flexíveis. Outra opção é conseguir a autorização final para realizar o coprocessamento, que permitiria a utilização de remanentes do Sistema Campo Limpo como fonte de combustível em fornos de cimento – a chamada reciclagem energética.

"Continuamos firmes em cumprir o nosso compromisso de dar a destinação segura e adequada às embalagens, contribuindo com a redução de impactos ambientais e a busca pela autossustentabilidade do Sistema", completa Alexander Santos. ■

Acesse o Relatório de Sustentabilidade 2021 do inpEV e consulte todos os dados de ecoeficiência do Sistema Campo Limpo.

MUSEU DOCUMENTA O CICLO DA EMBALAGEM

Uma parte importante da comemoração dos vinte anos do inpEV e do Sistema Campo Limpo, em dezembro último, foi a inauguração do Museu do Sistema Campo Limpo, na central de Guariba-SP.

Mediante um agendamento prévio, os visitantes podem conhecer todo o processo da logística reversa. De forma lúdica e interativa, é possível acompanhar todas as etapas da operação, os seus benefícios e os excelentes resultados obtidos ao longo dessas duas décadas, incluindo as primeiras campanhas de divulgação e conscientização.

Painéis, infográficos e exposição de artefatos produzidos pelos recicladores do Sistema são alguns recursos usados para apresentar a trajetória do programa e o caminho percorrido pelas embalagens pós-consumo.

O espaço valoriza, ainda, as equipes que tornaram todo esse trabalho possível, incluindo depoimentos de vários envolvidos, como colaboradores e representantes dos elos da cadeia agrícola. O museu tem como patrocinadores recicladoras parceiras do Sistema: Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, CIMFLEX, Dinoplast, Plastibras e SCHÜTZ VASITEX.

Há uma expectativa de que escolas e universidades da região realizem visitas rotineiras ao Museu, promovendo o agronegócio brasileiro moderno e sustentável para as futuras gerações. "A iniciativa é uma oportunidade de compartilhar conhecimento sobre a logística reversa e a economia circular, contribuindo para consolidar a prática que se firma como tendência do futuro", ressalta João Cesar Rando, diretor-presidente do inpEV.

DIVULGAÇÃO INPEV



Registre o seu interesse em visitar o Museu do Sistema Campo Limpo pelo site www.museusistemacampolimpo.org.br

BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS TORNAM A CAFEICULTURA MAIS "CARBONO NEGATIVA"

MARCOS MATOS
Diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)
SILVIA PIZZOL
Gestora de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do CECAFÉ

COM A missão de representar o setor exportador interna e externamente, e diante das preocupações relacionadas a mudanças climáticas, questões regulatórias e critérios ESG – que, além de impor desafios, abrem oportunidades à cafeicultura brasileira –, o CECAFÉ desenvolveu o Projeto Carbono, um estudo realizado sob condução técnico-científica do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e do professor Carlos Eduardo Cerri, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

O projeto estimou as emissões de gases do efeito estufa (GEE), com base no GHG Protocol, em quarenta propriedades típicas da cafeicultura mineira, divididas em pares "tradicional" e "boas práticas" (aplicação de fertilizantes organominerais, uso de composto orgânico e/ou manutenção de uma cobertura do solo mais intensa, entre outras).

Para quantificar as variações nos estoques de carbono do solo em até 1 metro de profundidade e da biomassa da planta devido à adoção das boas práticas, amostras de solo de cafeeiros foram extraídas de oito fazendas representativas das realidades produtivas regionais (Cerrado, sul e matas de Minas).

O estudo demonstrou, cientificamente, que a cafeicultura brasileira é um ativo fundamental para contribuir com a mitigação das mudanças climáticas, pois:

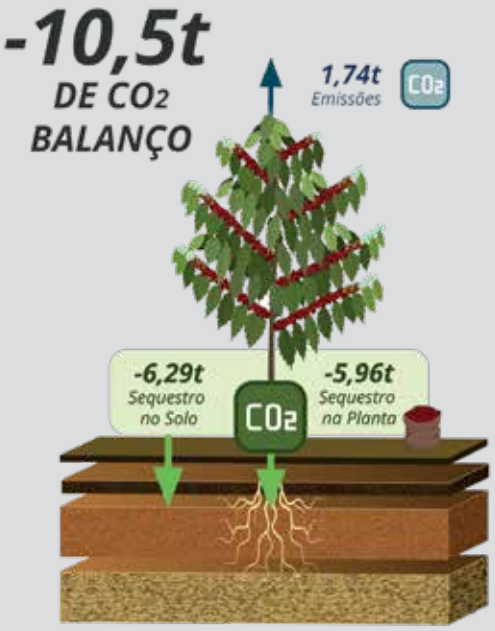
- **a cafeicultura convencional já é "carbono negativa"**: considerando o sequestro de carbono apenas na biomassa do cafeeiro, é retirada da atmosfera, anualmente, 1,63 tonelada de gás carbônico equivalente por hectare (t CO_2 eq./ha) de café cultivado*;

- **com a adoção de boas práticas**, a cafeicultura retira da atmosfera, anualmente, 10,50 t CO_2 eq./ha de café cultivado. São 12,25 t CO_2 eq. estocadas no solo e no cafeeiro, a cada ano, contra 1,74 t CO_2 eq. emitida por meio da aplicação de fertilizantes e agroquímicos e do uso de combustíveis, eletricidade e calcário;

- para cada hectare de café cultivado, há, em média, 50 t CO_2 eq. estocadas na forma de **Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP)**. Esse é um benefício ambiental que não foi computado no balanço de carbono da cafeicultura.

Tais resultados vêm ao encontro da sinalização mais verde da economia mundial e poderão abrir portas ao Brasil para acessar os créditos voltados a atividades que respeitam critérios ESG. Além disso, atendem a crescente demanda de indústrias e consumidores por produtos sustentáveis e, por fim, mostram que a adoção de boas práticas se faz vital para atenuar os efeitos climáticos extremos, mitigando impactos econômicos sobre a renda dos produtores. ■

*Fonte: Imaflora, adaptado de Souza (2019) e Souza *et al.* (2023, no prelo)



COOXUPÉ COMPLETA NOVENTA ANOS DE COOPERATIVISMO

A cooperativa mineira foi fundada em 1932 e tem, hoje, uma forte atuação na cafeicultura brasileira, representando mais de 17 mil cooperados.

NESTE ANO, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) está completando noventa anos de cooperativismo.

Em 1932, a sua fundação deu-se como uma cooperativa agrícola de crédito, a então chamada Cooperativa Agrícola de Guaxupé, formada por 23 agricultores. Já em 27 de novembro de 1957, ela foi transformada em Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé, iniciando a trajetória no mundo do café com as atividades de recebimento, processamento e comercialização. Ao se tornar Cooxupé, foi impulsionada para uma nova era, buscando constantes inovações, tecnologias e pioneirismo, que a transformaram, ao longo dos anos, em uma referência para a cafeicultura no Brasil e no mundo.

Foi em 1959 que ocorreu a primeira exportação da Cooperativa, finalidade que, hoje, representa 80% das atividades da Cooxupé, embarcando café para cinquenta países.



DIVULGAÇÃO COOXUPÉ

HOJE

Por meio do cooperativismo, a Cooxupé promove o desenvolvimento dos produtores de café, que, atualmente, são mais de 17 mil cooperados, nas áreas de atuação no sul de Minas, nas matas de Minas, no Cerrado mineiro e na Média Mogiana (no estado de São Paulo).

Outro fator que demonstra a força da Cooxupé no movimento cooperativista é que, considerando, por exemplo, o recebimento de café da cooperativa em 2021, o volume representou 18% da produção nacional de café Arábica e 26% da produção desse tipo de café do estado de Minas Gerais, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).



DIVULGAÇÃO COOXUPÉ

Nas exportações de café, a Cooxupé tem sido a líder brasileira por vários anos consecutivos, de acordo com o *ranking* do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ).

"O movimento cooperativista é o cerne da existência da Cooxupé. Existe cooperativismo em tudo o que fazemos com os nossos cooperados, mas, aqui na exportação, temos um exemplo muito claro de como acontece. A agricultura familiar é a realidade de 97,7% dos nossos mini e pequenos produtores. Ou seja, essa maioria unida – que também responde por mais de 70% do café recebido pela Cooxupé – encontra no cooperativismo a oportunidade dos seus cafés avançarem no mundo, além de ter uma participação mais ativa e efetiva nos bons momentos do mercado de café. Possivelmente, esses produtores, sozinhos, teriam mais dificuldades de acessar o mercado sem pertencer a uma cooperativa", explica o presidente Carlos Augusto Rodrigues de Melo.

O desempenho dos produtores e da cooperativa confere à Cooxupé importantes premiações e reconhecimentos, como: líder no *ranking* ESG entre as cooperativas do Brasil;

ouro no prêmio SomosCoop Excelência em Gestão; maior cooperativa do ramo agropecuário de Minas Gerais, segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg), entre outros.

CAFÉS ESPECIAIS

Outra oportunidade que marcou a vida do cooperado e a trajetória da Cooxupé é a entrada no mercado de cafés especiais. Há treze anos, a Cooxupé abriu a SMC – Specialty Coffees, uma empresa própria que atua somente nesse mercado, para colocar o café dos cooperados junto a importantes clientes do exterior. De 2014 para cá, mais de 700 mil sacas de cafés especiais foram exportadas pela SMC.

ESTRUTURA

Os cafés natural e cereja descascado produzidos pelas famílias cooperadas vêm de mais de trezentos municípios da área de atuação da Cooxupé.

A estrutura da Cooperativa conta com 48 núcleos, filiais e postos de atendimento, um escritório de exportação próprio em Santos, o Complexo Industrial e de Armazenagem Japy, bem como usinas de preparo e demais armazéns. Atualmente, a Cooxupé possui uma capacidade de preparo de 23 mil sacas por dia e de armazenagem de mais de 6 milhões de sacas.

Ademais, a Cooperativa mantém três centros de distribuição de insumos e um Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex), que traz mais agilidade e segurança aos processos de embarque do café.

VALOR AGREGADO AO CAFÉ DO COOPERADO

Além de projetos e programas de reconhecimento e de certificações que valorizam ainda mais a atividade cafeeira dos produtores, a Cooxupé mantém uma torrefação própria, que, a cada ano, avança no varejo do Brasil. Situada em Guaxupé, a torrefadora possui linhas de café que chegam ao consumidor


DIVULGAÇÃO COOXUPÉ



DIVULGAÇÃO COOXUPÉ

nacional em estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Nesse sentido, a Cooxupé está sempre de olho em oportunidades que trazem valor agregado à produção dos cafeicultores e que representam o espírito cooperativista na prática.

DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS

Todos os produtores associados da Cooxupé encontram nela serviços e um trabalho intenso, do plantio à colheita, para trazer sustentabilidade à sua atividade, dentro e fora da porteira.

Entre os serviços prestados, estão a compra diária de café, a liquidez diária, o armazenamento com segurança, o financiamento de insumos, a Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas (FEMAGRI) e a Feira do Cerrado. Além de cursos, treinamentos e palestras no campo, a Cooperativa presta assistência técnica gratuita às famílias produtoras, sempre ultrapassando anualmente 60 mil atendimentos nos núcleos ou no campo.

Além disso, a questão socioambiental é trabalhada pela Cooperativa junto aos produtores, para que, assim, suas atividades fortaleçam não apenas as relações financeiras, mas também a sociedade e o meio ambiente. Por outro lado, é válido destacar a importância de uma gestão absolutamente estratégica e planejada para que os objetivos da Cooperativa sejam alcançados beneficiando todos.

Rodrigues de Melo destaca o jeito único do trabalho exercido pelo cooperativismo, englobando as distribuições de sobras aos cooperados, que simbolizam a consistência desse movimento. "A Cooxupé representa mais de 17 mil famílias produtoras, que, unidas e movidas pela confiança e pelo cooperativismo, transformam a realidade cafeeira, conquistando com solidez e credibilidade o mercado externo. É um trabalho sustentável incansável realizado dentro e fora das propriedades. Os noventa anos de cooperativismo têm o cooperado como o principal protagonista dessa história", conclui o presidente da Cooxupé. ■

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS TEM DE CRESCER PARA CONTER PREÇOS GLOBAIS



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O ÍNDICE de Preços de Alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), conforme dados divulgados em maio último, apontou um recuo de 0,8% em abril em comparação a março, quando o indicador havia atingido um incômodo recorde histórico. Entretanto, cabe alertar que, mesmo com a queda, os valores ficaram quase 30% mais altos do que os registrados em abril de 2021. Ou seja, ainda há riscos para a segurança alimentar, principalmente para os contingentes mais vulneráveis da população do Planeta.

Nesse cenário, o aumento da oferta é decisivo para conter a escalada dos preços globais provocada pela crise de COVID-19 e por suas consequências, como retenção de estoques em alguns países e dificuldades logísticas. Os problemas agravaram-se com a invasão da Ucrânia pela Rússia, pois os preços de insumos químicos indispensáveis à agricultura aumentaram demasiadamente. Mais do que nunca, a lei da oferta e da procura tem se mostrado atuante.

O Brasil tem uma posição estratégica como produtor e fornecedor mundial de alimentos. Nesse sentido, é promissor o resultado da oitava estimativa da safra de grãos 2021/22 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os números indicam que a produção deverá atingir 270,2 milhões de toneladas, o que representa 5,7% ou 14,65 milhões de toneladas a mais do que na temporada anterior. Será um novo recorde, mas é preciso ficar atento, pois os números estão abaixo dos projetados na primeira estimativa.

Domesticamente, houve fenômenos climáticos adversos em 2021, como chuvas, frio excessivo, geadas, secas e enchentes, que prejudicaram bastante o rendimento das lavouras. Neste ano, com a escalada dos juros, surge o problema adicional do crédito, pois muitos produtores não conseguem os recursos oficiais das linhas subvencionadas. Por isso, há a necessidade de se redimensionarem os recursos direcionados à subvenção para crédito ao setor no Plano Safra 2022/2023, que começa a vigorar em 1º de julho próximo. Não houve uma revisão das verbas de modo congruente com o grande aumento da taxa Selic desde o início de 2021, bem como com o aumento dos custos de produção, que eleva a demanda por recursos para investimentos, comercialização e custeio das atividades.

Com a taxa Selic já em 12,75% ao ano, os produtores precisarão, como nunca, de linhas especiais de financiamento para manter o patamar da produção. As atividades agropecuárias não conseguem bancar os juros livres de mercado, em especial porque os *spreads* bancários estão muito elevados, majorados pelos riscos da conjuntura atual.

É premente ampliar o alcance do setor rural aos recursos oficiais do Plano Safra. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a demanda estimada de recursos do Tesouro Nacional para equalização dos juros é de R$ 21,8 bilhões, um aumento de 67,8% em comparação aos R$ 13,0 bilhões destinados para custear a equalização do Plano atual. Outra prioridade é a renegociação dos prazos de reembolso do crédito nas regiões onde a produção agropecuária sofreu o impacto das adversidades climáticas.

Todas essas questões demonstram que não há como os produtores arcarem com juros elevados, que conspiram contra a segurança alimentar. É prioritário ampliar a produção de alimentos para propiciar equilíbrio aos mercados e estabilidade aos preços. A agropecuária brasileira é estratégica nesse processo, mas precisa de apoio na atual conjuntura de desafios. ■



DIÁRIO DE BORDO

DESAFIO PARA 2023

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) e embaixador especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) para as Cooperativas

ESTAMOS A cinco meses das eleições mais importantes da história política recente do Brasil.

E, mesmo com essa proximidade, ainda não sabemos o que pretendem fazer em relação à atividade rural e ao agronegócio, se eleitos, os principais candidatos à presidência da República. No atual ambiente polarizado, seria muito bom conhecer os planos de cada um.

As entidades de representação do setor estão preparando suas propostas para inclusão no Plano Safra 2022/2023, a ser anunciado pelo Governo. Num cenário de altos custos de produção, inflação de alimentos, juros elevados e baixo crescimento da economia, a expectativa geral é de um Plano incapaz de atender os anseios naturais dos produtores rurais.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) saiu na frente com um conjunto de sugestões muito consistentes, com dez prioridades:

- Aumentar o orçamento para subvenção às operações de crédito rural para R$ 21,8 bilhões, com equalização das taxas de juros;
- Estabelecer taxas de juros abaixo de dois dígitos, de modo a permitir aos produtores rurais a contratação de financiamentos adequados;
- Determinar um orçamento de R$ 2 bilhões para a subvenção do seguro rural – instrumento de política pública criado em 2003 e que teve uma grande relevância no Sul do País em função da seca que afetou duramente a sua produção de soja e milho;
- Regulamentar a legislação que criou o Fundo de Catástrofe (Lei Complementar nº 137/10), essencial para auxiliar o bom funcionamento do seguro;
- Aumentar a exigibilidade dos recursos do depósito à vista dos bancos para 30%, a da poupança rural para 64% e a das Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) para 59%, ampliando, assim, os recursos obrigatórios do crédito rural;
- Na mesma linha, reduzir o percentual do recolhimento compulsório sobre os depósitos de poupança, o que disponibilizaria mais recursos ao setor;
- Ajustar a regulação prudencial atual sobre a carteira de crédito agropecuário, considerando as suas características para o nosso mercado;
- Adequar os percentuais de custos administrativos e tributários (CATs) recebidos pelas instituições financeiras, o que aumentaria o volume de recursos equalizados aos agricultores;
- Modernizar a análise de risco dos produtores, beneficiando aqueles que adotem ferramentas adequadas de gestão de risco;
- Priorizar as linhas de investimento Pronaf, Pronamp, Proirriga, PCA, Inovagro, ABC, como já ocorreu nos dois últimos Planos Safra.

Todos esses pontos estão alinhando as dificuldades existentes e apontadas às demandas legítimas da classe rural brasileira, sobre a qual se coloca um desafio adicional aos convencionais, que é contribuir para uma grande colheita de alimentos no começo de 2023, para ajudar a mitigar a ameaça à segurança alimentar global e reduzir a inflação de alimentos.

Essa safra recorde, por sua vez, terá um impacto positivo sobre toda a sociedade brasileira, com um maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, um aumento da produtividade do trabalho e da terra, mais exportações e uma melhoria no nível de empregos e no consumo das famílias.

É o agro contribuindo, como sempre fez, com o bem-estar de toda a população. ■

"As entidades de representação do setor estão preparando suas propostas para inclusão no Plano Safra 2022/2023..."

PRODUZIR

A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL

TERESA CRISTINA VENDRAMINI
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



NESTE 2022, o orçamento público apertado mostrou, mais uma vez, os desafios da agropecuária brasileira. Como precisa ser considerada uma atividade estratégica, a produção de alimentos, energia e fibras deve aparecer entre as prioridades orçamentárias. Não estamos falando dos subsídios estratosféricos vistos nos países desenvolvidos, sem o clima e o solo motivadores que possibilitam aos nossos agricultores multiplicarem a eficiência no campo em cada safra. Mas, especialmente para pequenos e médios produtores, consideramos que taxas de juros acessíveis são importantes para garantir os alimentos na mesa e se traduzir em emprego e renda nas diferentes regiões do Brasil.

Em uma apresentação recente às entidades que fazem parte do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), responsável pelo apoio e assessoramento à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Ivan Wedekin, ex-secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA), mostrou números surpreendentes.

Nos últimos vinte anos, houve quedas: (i) no alongamento das dívidas, que era o maior gasto de política agrícola, de 52% para 7%; e (ii) nos gastos com apoio ao produtor rural em relação à receita bruta da agropecuária, de 9% para 1%. Hoje, a maior fatia da concessão de crédito está concentrada no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e nos financiamentos para investimentos, com 62%.

Ademais, a política agrícola custou ao Tesouro Nacional o equivalente a R$ 9,5 bilhões em 2021. Esse valor representa apenas 0,84% do Valor Bruto da Produção (VBP), ou seja, a soma das riquezas geradas pelo agronegócio para o País. A renda dos produtores é formada no mercado, como fruto da competitividade do setor.

A importância de citar esses números está em ressaltar a todos os brasileiros que são equivocadas as afirmações de que o Brasil subsidia demais os seus agricultores. Na União Europeia, esse financiamento ao setor fica próximo a 20% da receita gerada; nos Estados Unidos, acima de 10%; e, na Coreia do Sul, é nada mais, nada menos, do que 45%.

É fato que o aumento na taxa básica de juros do País (Selic) tornou bem mais cara ao Tesouro Nacional a manutenção dos níveis de juros controlados no crédito rural assumidos no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2021/22. Por esse motivo, o Congresso Nacional aprovou e o presidente Jair Bolsonaro sancionou, em maio último, um aporte adicional de R$ 868,5 milhões ao Tesouro para garantir a equalização de juros do crédito rural em financiamentos que já estão em vigor. A medida é fundamental para retomar linhas que estavam suspensas desde fevereiro por falta de recursos e viabilizar o apoio aos produtores rurais afetados por intempéries climáticas.

Para a safra 2022/23, os desafios são os mesmos, e ainda temos a guerra entre a Rússia e a Ucrânia e os seus efeitos danosos do ponto de vista humanitário e do abastecimento global de alimentos. Por isso, a agropecuária deve ser, acima de tudo, considerada vital para a soberania nacional, abrangendo a sobrevivência e o bem-estar da população. Assim como nas emergências da pandemia de COVID-19, o cenário de inflação global e a disparada nos custos de produção agropecuários são um sinal de alerta que não deve ser subestimado. ■

O aumento na Selic tornou bem mais cara ao Tesouro Nacional a manutenção dos níveis de juros controlados no crédito rural assumidos no PAP 2021/2022.



OPINIÃO

SÃO PAULO AVANÇA NO USO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO

FRANCISCO MATTURRO
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O GOVERNO do estado de São Paulo tem agido na direção de potencializar a produção agropecuária utilizando sistemas integrados de produção. Eles permitem que a produção de grãos e a pecuária possam ocupar o mesmo espaço geográfico e, em alguns casos, utilizar de espécies para reflorestamento também.

O projeto tem como foco a recuperação de áreas degradadas de pastagem, que, com o uso concomitante de produção de soja e milho ou de espécies florestais, pode melhorar a qualidade produtiva do solo e gerar novas fontes de renda aos produtores, além de outros ganhos agregados, como créditos pelos sequestros de carbono.

São Paulo possui uma área produtiva limitada, e 60% das pastagens do estado possuem algum nível de degradação em relação ao total de 6,5 milhões de hectares. Atualmente, 1,3 milhão de hectares possui algum nível de produção de sistemas integrados, e o estado pretende ampliar a área para 2,3 milhões de hectares até 2030.

O programa consolida as bases para que São Paulo seja independente na produção de grãos consumidos pela produção de aves e suínos. Atualmente, São Paulo produz 3,3 milhões de toneladas de milho nas duas safras e utiliza 9,0 milhões de toneladas. A diferença é adquirida de outros estados brasileiros.

Para cumprir a meta de ser autossuficiente, a Secretaria e os seus institutos de pesquisa têm realizado investimentos robustos em técnicas de cultivo, modelos de manejo, produção de sementes e espécies para uso consorciado, como o Programa Milho+ SP, que visa ampliar a produção do grão no estado de São Paulo para 11 milhões de toneladas até 2030.

Esse Programa prevê o fomento para a adoção de tecnologias em pequenas propriedades para o aumento da produção de milho local e a produção por grandes empresas do agronegócio instaladas no estado. A iniciativa pretende impactar 100 mil agricultores em 1 milhão de hectares.

O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) estabeleceu linhas de crédito assistido cujo teto de R$ 300 mil pode ser pago pelo produtor: (i) em até 96 meses, com carência de 24 meses para pagar e juros de 3% ao ano se o produtor integrar grãos na sua produção; ou em até 144 meses, com até 48 meses de carência e 3% ao ano se a produção envolver espécies florestais.

São Paulo avança no sistema integrado de cultivos, contribuindo para uma maior produção de alimentos, a neutralização do carbono e a intensificação sustentável das áreas produtivas rurais paulistas, com a recuperação de pastagens degradadas e a promoção do equilíbrio ambiental. ■

"...o Programa Milho+ SP (...) visa ampliar a produção do grão no estado de São Paulo para 11 milhões de toneladas até 2030."

REFLEXÃO

AGRO É PAZ

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



É agro pra todo canto,
o Brasil que a gente faz.

CNA/SENAR

Em um cenário de pandemia há mais de dois anos, seguido da invasão da Ucrânia pela Rússia, estabilizar empresas transforma um horizonte quase sempre nublado em algo incerto e muito difícil. No caso brasileiro, isso se agrava por ser 2022 um ano eleitoral, com candidaturas em polos opostos. Essa polarização encontra-se em um nível não antes observado, numa realidade desgastada no Brasil pelo baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e por elevadas taxas de desemprego – uma conjuntura repetida há décadas.

As empresas que atuam no agronegócio, numa visão geral, apesar de toda pressão econômico-financeira – custos subindo, inflação e juros de dois dígitos, temores pela falta de insumos modernos, entre outros –, são um tipo de ilha de bons resultados entre os setores que compõem a economia brasileira.

Enquanto os países ricos mostram um evidente retrocesso ao estimular seus agricultores ao plantio em áreas de preservação para se defenderem, por um lado, contra a insegurança alimentar e, por outro lado, contra a dependência energética que leva ao retorno do uso de carvão mineral, gás natural e petróleo; a reação do governo brasileiro com foco em valorizar as questões ambientais é o desenho do pânico e a conscientização do mundo real, distante do que se aprovou em Glasgow meses atrás, durante a COP-26.

O Brasil tem a sua participação na geopolítica mundial muito assentada sobre o seu protagonismo na oferta e no uso de biomassa. Enquanto os países europeus sofrem com as incertezas do amanhã, o Brasil segue com a sua máquina verde sustentável como baluarte na produção de alimentos, fibras e energias renováveis, além da sua excelente posição como produtor de petróleo e gás natural.

Nesse novo mundo, que pode perder a globalização de vista e focar em blocos de países com posturas defensivas, incluídos protecionismos ou "precaucionismos", deve crescer, no curto prazo, uma atuação público-privada do Brasil pela defesa de instituições globais como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Afinal, todo o esforço pós-Segunda Guerra Mundial tinha foco na segurança, incluindo a alimentar. Hoje, com o conceito amadurecido de sustentabilidade essencial, pós-COP-26 (Glasgow), o processo fundamental da descarbonização é um equilíbrio para o futuro na luta contra o aquecimento do Planeta.

O tema da segurança volta como extraordinária prioridade ao mundo, com a necessidade de se olhar o agro com as lentes da economia, do social e do ambiental, sem outras barreiras que não sejam as métricas de competitividade e sustentabilidade dos produtos gerados em cada país.

Dos candidatos à presidência da República no Brasil, esperamos, naturalmente, o compromisso com esses temas. Devem considerar o senso de urgência com as reformas essenciais ao País, tirando-o das amarras do atraso que não permitem o crescimento fundamental e estratégico das gerações que vão chegando ao mercado.

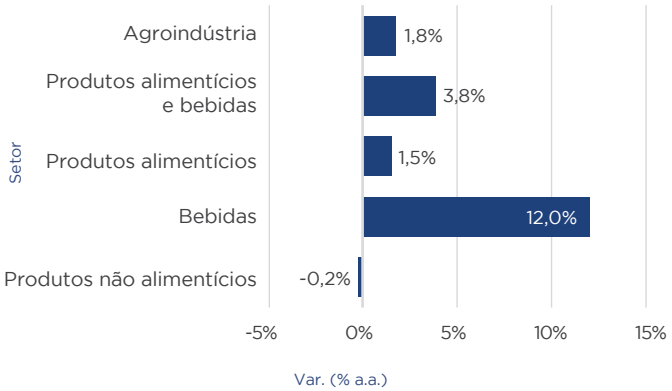
O agro, em tons verdes, administra conflitos em paz, pois os seus produtos são a essência da vida. ■

"...o Brasil segue com a sua máquina verde sustentável como baluarte na produção de alimentos, fibras e energias renováveis..."

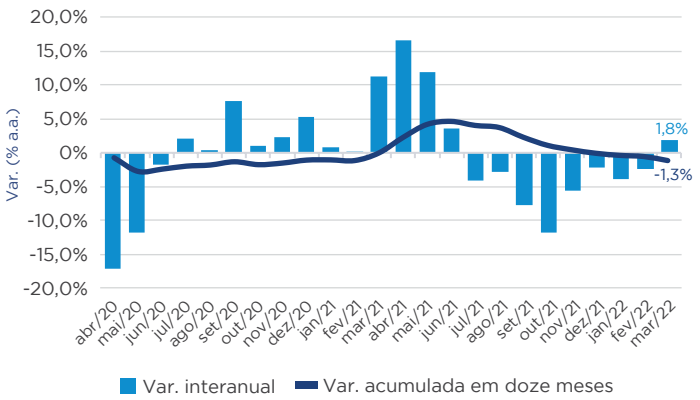
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: MARÇO DE 2022

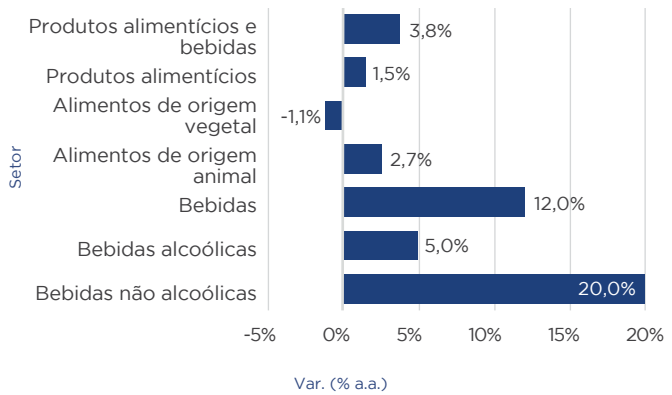
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MARÇO DE 2022



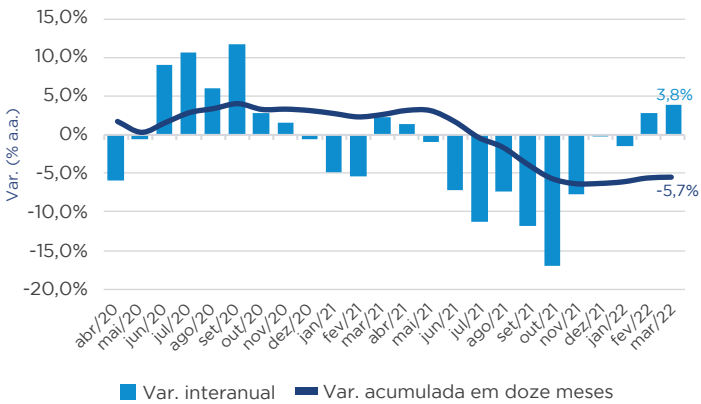
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



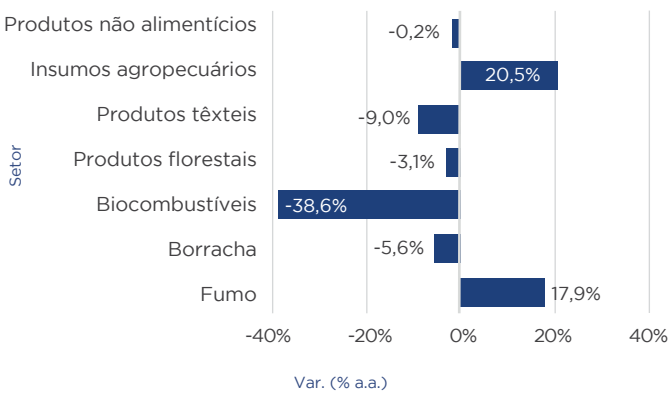
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MARÇO DE 2022



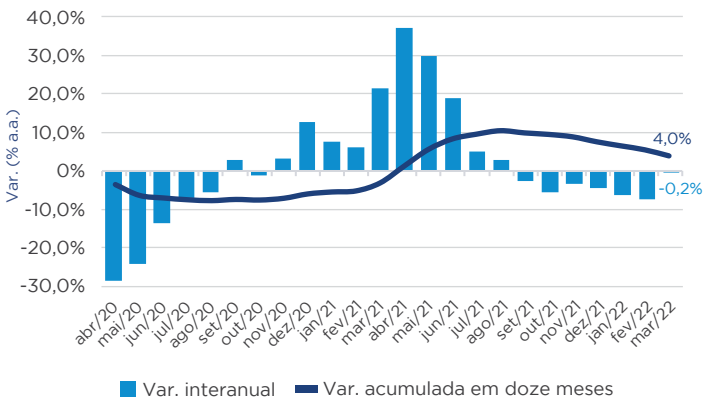
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM MARÇO DE 2022



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

21º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

INTEGRAR PARA FORTALECER

abag

[B]³

01 AGOSTO 2022

Sheraton WTC São Paulo Hotel

PRESENCIAL E ONLINE

Participe do maior evento do agronegócio brasileiro.

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

www.congressoabag.com.br

Patrocinador Diamante

BAYER

BB SEGUROS

JBS

Patrocinador Ouro

agroceres

bradesco

CASE IH

CNA SENAR

CropLife BRASIL

NEW HOLLAND AGRICULTURE SEMPRE COM VOCÊ

SistemaOCB CNCOOP · OCB · SESCOOP

YARA Knowledge grows

Patrocinador Prata

AURORA COOP

BASF We create chemistry

Cargill

cooxupé

FAESP

inpEV

jacto

Mosaic Fertilizantes